

Desvendando as mentiras de Inácio Correia Pamplona

O pesquisador de história Tarcísio José Martins, autorizou, com exclusividade para o site do MGQUILOMBO, a publicação deste texto de 68 páginas, extraído de seu último livro, “Quilombo do Campo Grande – Ladrões da História”, publicado com o broche de ouro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG, através da Editora Santa Clara em novembro de 2011.

Confira:

“Regulamento a ser cumprido por Pamplona na expedição de invasão ao Triângulo em 1769

Vejamos, pois, as motivações, as razões e o conteúdo dos relatórios dessa expedição, sobre a qual temos publicado no *site* MGQUILOMBO nossos continuados estudos desde março de 2000, com a última versão publicada em nosso “*Quilombo do Campo Grande – A História de Minas que se Devolve ao Povo*”¹.

Trata-se do artigo “*Encontrando Quilombos*”, publicado na “*Revista Anais da Biblioteca Nacional*”², que traz o preciosíssimo documento integrante do “*Arquivo do Conde de Valadares*”, o qual se inicia sob a pomposa e enorme epígrafe abaixo transcrita:

*“Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Senhor Mestre-de-Campo, Regente e Guarda-Mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote” etc.*³.

As marchas de 1769 ocorreram entre 18 de agosto e 27 de novembro desse ano, num total de três meses e nove dias, destacando-se que, de 3 de setembro a 12 de outubro, Pamplona parou na região das suas sesmarias Desempenhado, Santo Estevão e São Simão. Somente em 13 de outubro, foi que a tropa, com 42 cavaleiros, 54 pessoas a pé, 42 bestas de carga e dois cavalos sobressalentes marchou para o “Sertão”, na verdade, para o

1 Publicado em agosto-2008, pp. 981-1021.

2 Vol. 108, 1988, pp. 51-103.

3 ABN, Vol. 108, 1988, p. 53.

Triângulo Goiano, hoje Mineiro. Pamplona retornou à sua fazenda de Santo Estevão em 11 de novembro de 1769 e, logo depois, em 27 dos mesmos mês e ano, chegou a sua casa em Matosinhos. Assim sendo, seu principal objetivo, a expedição propriamente dita de invasão à Capitania de Goiás, durou menos de 28 dias.

As condições dessa expedição foram regulamentadas previamente pelo Conde de Valadares em instruções dadas a Pamplona em 17 de maio de 1769⁴, através dos documentos transcritos a seguir em suas partes essenciais.

“Instrução do que deve observar Inácio Correia Pamplona, na derrota que tem de fazer ao continente denominado do Campo Grande, a que voluntariamente se oferece às expensas próprias”.

Entendemos que a insistência em escrever que Pamplona se oferecia para a missão “às expensas próprias”, ante a liberdade de fato com que, contrariando “ordens escritas”, em suas correspondências e ofícios ele sempre incluiu os “Araxás” na sua jurisdição, deixa evidente que a invasão ao Triângulo Goiano deveria sempre parecer ato não-oficial, particular de sua responsabilidade, portanto desautorizado pelo Governo das Minas.

Quanto à própria existência do documento publicado na *Revista Anais da Biblioteca Nacional*, esta foi a ordem de Valadares a Pamplona:

“Nas marchas diárias que fizer irá anotando em um livro de memória os rumos a que se encaminha, a quantidade de léguas que anda, os rios, montes e lugares que for transitando, para me dar a conhecer em um mapa todo o país que for avançando”.

O Escrivão da Expedição de Pamplona fez isso através de dois documentos descritivos, um, chamado de Diário⁵ e, outro, de Roteiro⁶. Fez também um mapa-roteiro da Expedição, contendo em suas laterais as toponímias e locais codificados com os números nele indicados⁷. O Escrivão diz que Pamplona o

4 Fls. 52/54 do PJICP.

5 Páginas 53 a 90 do artigo *Encontrando Quilombos* da *Revista ABN*, vol. 108, 1988.

6 Páginas 96 a 103 do artigo *Encontrando Quilombo* da *Revista ABN*, vol. 108, 1988.

7 Apenso do artigo *Encontrando Quilombos* da *Revista ABN*, vol. 108, 1988.

mandara fazer tais documentos, mas diz também que este agia sob as ordens de Valadares.

Apesar de não se identificar esse Escrivão, destaca-se que ele tinha equívocos crônicos de ortografia, a exemplo de escrever “*munto*” e não “*muito*”, que já era a grafia em vigor nos anos setecentos, entre outros vícios discordantes da ortografia então vigente⁸. Entre os candidatos a sesmarias dentro do Triângulo Goiano consta o nome de “*Jolião da Costa Resende*”, “*Escrevente*”⁹, o que designa essa função de um serventuário de cartório, provável parente do Padre, Capelão da Expedição, em que pese seu sobrenome. Não descarto, porém, que o escriba deste relatório possa ter sido o próprio Inácio Correia Pamplona¹⁰.

O regulamento dado a Pamplona determinou ainda que:

“Sobre a mesma matéria, ter particular cuidado em fazer miúdos exames em todos os rios, ribeirões e campos por onde for passando, a fim de ver se nele há formalidade ou mostras de ouro e, no caso de descobrir, fará extrair tão somente a quantidade que baste para mostrar de suas grandezas, e de tudo me dará uma fiel e específica conta.

A todas as pessoas de sua conduta proibirá o entreterem-se no trabalho de apurar os haveres para sua própria conveniência nos rios, corgos, ribeirões e, neste ponto, deve aplicar todo o seu cuidado”.

Como se verá no Diário e no Roteiro da Expedição, Pamplona fez e mandou fazer escavações à procura de ouro e de salitre apenas dentro do Triângulo Goiano¹¹. Obedecia, pois, não só às ordens escritas do Conde Valadares, mas também às verbais, estas, específicas quanto ao Triângulo Goiano, dentro do qual

8 Curiosamente, Pamplona também tinha este e vários outros vícios de redação, como se comprova, por exemplo, em sua carta de 22.03.1781 ao Governador Dom Rodrigo José de Menezes, in CC_CX 157 21587 Doc. 03 de 22.03.1781.

9 *Anais da Biblioteca Nacional - ABN*, vol. 108, p. 93.

10 Apesar do grafismo de suas assinaturas ser também inclinado para a direita, apresenta outras diferenças em relação aos de seus textos manuscritos, levando à conclusão de que deveria ter um escrivão particular, talvez um escravo seu, entre os que adquirira no Rio de Janeiro junto à massa dos Jesuítas, então, já confiscados por Gomes Freire.

11 *Revista ABN*, 1988, pp. 68, 69, etc.

pretendia documentar atos de posse da terra, como prova a determinação de que “*de tudo me dará uma fiel e específica conta*”, que legitimaria, segundo a lei, a posse do lugar pela comarca ou capitania que primeiro registrasse essa notícia¹².

Este foi o objetivo principal da Expedição, o mais recomendado por Valadares. Porém, quem fez esse serviço de pesquisa mineral foi a entrada prévia que fez José da Serra Caldeira. Pamplona desmente seu relatório em carta a Valadares onde confessa que fizera “*miúdos exames em alguns corgos, porém algum tanto na piçarra, como na terra vermelha mostravam uma faisquinha e até duas, e em outras nada*” mas que não fizera “*a devida diligência porque um meu escravo que era o que unicamente sabia lavar adoeceu, somente com o propósito de para a fatura (sic) ser ratificada*”¹³.

Continuando com o regulamento imposto a Pamplona.

“*Como no continente do Campo Grande para onde faz a sua derrota se contam dezessete sesmarias na falda do monte denominado chamado (sic) da Marcela¹⁴, entre elas me consta haver boas formações nos rios e córregos daquele distrito, me fará notificar a todos os sesmeiros direta ou indiretamente intrusos naqueles lugares, para que lhe deem verdadeira conta que contem suas respectivas repartições, para que ele me faça participante. Todas as pessoas que naquele país estiverem estabelecidas por título de sesmaria, sejam ou não confirmadas os fará notificar (duas linhas ilegíveis)*”.

Todas as 22 cartas de sesmaria de 1º de dezembro de 1767, exceto a de Pamplona, fazem referência ao “*sertão devoluto que fica para dentro do rio (do segundo braço) de São Francisco, serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio*”, cuja verdadeira má intenção vai, agora, ganhando maior definição, pois o Segundo

12 *Mutatis mutandis*, conforme parecer de Tomaz Rubim de Barros Barreto sobre a posse de Tamanduá em 1744-1749. In: *Revista do APM*, pp. 189-190.

13 In carta de Pamplona a Valadares, datada de 15.11.1769 – Códice 18.2.6 da FBN.

14 Seria uma referência às 16 sesmarias de terceiros e a da filha Simplicia, de Pamplona. No entanto, essas cartas de 1767 já estavam vencidas em 1768 e sem demarcação, com a maioria de seus titulares perfilados por Pamplona para invadir o Triângulo Goiano, agora em 1769, conforme *Revista dos Anais da Biblioteca Nacional*, p. 93.

Quilombo do Ambrósio ficava no Triângulo Goiano e NÃO pertencia ao mineiro “*termo da Vila de São José*”. O próprio Gomes Freire confirmou em carta de 16 de dezembro 1759 que esse quilombo ficava mesmo dentro da Capitania de Goiás¹⁵.

Consigne-se, outrossim, que a falda oeste da serra da Marcela, segundo o mapa do Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas, datado de 1776-1780 e de autoria de J.J. da Rocha, se confirma como pertencente à Capitania de Goiás¹⁶. Continuando com o regulamento imposto a Pamplona.

“Todas as pessoas que forem concorrendo para o dito continente do Campo Grande e quiserem tomar suas porções de terra para seus estabelecimentos, lhes fará repartir interinamente, porém, sem direito a posse em que eles estiverem, quando hajam outras pessoas que primeiro e com pessoal trabalho se animassem a passar àquele país a fim de o povoarem. Neste caso se portará o dito Inácio Correia Pamplona com toda a igualdade entre as partes e acomodando a todos com a indispensável benignidade que é precisa; tomará deles os seus nomes e quantidade de terra de seus estabelecimentos, a preferência que eles têm para as mesmas, e de tudo me dará inteira conta”.

Como se vê, está aqui a indicação implícita – que verbalmente deve ter sido expressa e claríssima – para que Pamplona extrapolasse, sim, o limite oficial de Minas, pois a Capitania de Goiás acabara demarcada por Ordem Real na data da sua criação, inclusive em seus limites sul e leste, ironicamente, estabelecidos com base em descuidadas informações do próprio Gomes Freire de Andrade¹⁷. Evidente, outrossim, que o Conde de Valadares não tinha competência para conceder sesmarias fora dos limites da Capitania de Minas Gerais, talvez por isto a dissimulação contida na ordem escrita de que “*lhes fará repartir interinamente*”, certamente diferente das ordens verbais dadas a Pamplona. Continuando.

15 Confira in AHU-ACL-N- Rio de Janeiro – documento AHU 82129 de 16.12.1759.

16 In Julgado Rio das Velhas cart525966 (1780) – acervo da FBN.

17 AHU-ACL-N- Goiás, documento nº 2586, pp. 10 e 9.

“Em todo o terreno que for avançando, sem transcender as extremas desta Capitania com a de São Paulo e Goiás, poderá repartir às pessoas que lhe recorrerem as terras que julgar convenientes, conforme as suas possibilidades e, de todas, me enviará uma lista individuando nome por nome, com acima fica dito, para que lhe dê as providências que julgar necessárias”.

Pamplona listou no seu relatório - publicado no artigo *“Encontrando Quilombos”* de 1988 - todos os sesmeiros e candidatos a sesmeiros cujos nomes encontrou na Secretaria do Governo de Minas¹⁸, porém, os que teriam sido “seus” entrantes de 1769 são apenas aqueles oitenta e cinco relacionados na página 93 da *Revista Anais da Biblioteca Nacional*. Enfatizamos que somente nesta página da Revista é que constam os “entrantes de Pamplona” de 1769, contendo os nomes da maioria dos titulares das cartas de sesmaria de **nove** léguas/2 de terra, todas de 1º de dezembro de 1767, todas com pião incerto ou nem referido. Tais titulares agora foram relacionados entre os candidatos a sesmeiros das terras no prometido *“Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Campo Grande”*, a ser criado dentro do Triângulo Goiano.

“Nesta repartição de terras deve, o dito Inácio Correia Pamplona, proceder de forma que os novos entrantes não avancem aos que tiverem trabalho e fadiga daquele descoberto, pois é contra a razão que se aproveitem uns sem trabalho, do trabalho dos outros”¹⁹.

Como muitas vezes sucede não concordarem os fins com os princípios premeditados, por incidentes que não podem ser prevenidos e pode acontecer, o que Deus não permita, que se malogrem as intenções do dito Inácio Correia Pamplona, na diligência que vai destinado e lhe seja preciso fazer sua - três linhas ilegíveis - (...) que forem da sua particular escolha para cuidarem das plantas para o abasto da sua comitiva, no caso da sua retirada”.

A ordem escrita de se avançar, mas, *“sem transcender as extremas desta Capitania com a de São Paulo e Goiás”* (grifos

18 *Revista ABN*, pp. 91-95.

19 Consideração que o governo de Luís Diogo não teve com os posseiros das terras requeridas por Pamplona em 1767. É que, agora, se tratavam de terras dentro da Capitania de Goiás.

nossos), deixa-nos claro que a invasão de Goiás deveria ser feita sem comprometer o Conde Valadares. Essa invasão, no entanto, ocorreu em 1769. Evidente que nem o Governador de Minas Gerais e nem Pamplona poderiam distribuir sesmarias no falso Arraial de Nossa Senhora da Conceição²⁰ que ficaria onde hoje está o atual município de Patrocínio e adjacências²¹, pertencentes, na época, à Capitania de Goiás²².

Posteriormente, entre 1771 e 1773, Inácio de Oliveira Campos, cujo sogro era parente de Valadares, com autorização deste, invadiu a região, atacou pequenos quilombos, descobriu ouro e criou uma fazenda em região da atual Patrocínio-MG. Em seu apoio, o Vigário e a Câmara de Pitangui tomaram mais uma posse formal do local em março de 1771²³. Valadares foi-se embora. Tudo continuou na Jurisdição de Goiás, sem prejuízo de Oliveira Campos, cuja propriedade, provavelmente regularizada após sua invalidez e morte junto à Capitania de Goiás, foi muito bem explorada pela sua viúva, Dona Joaquina, a polêmica matriarca do Pompéu e de Pitangui.

A ordem não escrita para invadir a Capitania de Goiás restou evidente, também, no fato de que nenhum documento oficial deu a Pamplona jurisdição sobre a região dos Araxás. Este, no entanto sempre incluía esta jurisdição em todos os seus escritos às autoridades, não constando qualquer ordem ou censura para que deixasse de mencionar o território dos Araxás, como subordinado à sua regência, em suas cartas e ofícios.

Continuando com o regulamento do Conde de Valadares a ser cumprido por Inácio Correia Pamplona:

“Como o país que vai penetrando é infestado de gentios, quando se tenha com estes algum encontro porá todo o seu particular cuidado em acariciá-los e reduzi-los ao seu amigável trato, fazendo-lhes perceber o lucro espiritual que alcançam, reduzindo-se ao grêmio da cristandade e, quando eles se mostrarem renitentes às amigas persuasões que se lhes fizer a

20 Revista ABN, 1988, pp. 76-78.

21 Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, p. 349.

22 Vide prova da invasão em *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 108, pp. 78 e 93.

23 Vide verbete Patrocínio, in *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p. 349.

este respeito, e se quiserem opor com violência embargando-lhe os passos, então justamente usará das armas para sua defesa aterrando-os até o último fim.

Todas as pessoas de sua conduta lhes fará particular advertência de não maltratar gentio algum que lhe sair ao encontro, mas antes que com ele usem de toda a afabilidade pois este meio, e não pelo de rigor, é que se consegue o fim que se pretende de reduzi-los ao nosso amigável trato.

Em cada uma das situações de gentio que for descobrindo e forem reduzidos ao grêmio cristão, já pacificados, subordinados à nossa bandeira²⁴, deixará duas, três e mais pessoas da sua conduta, as que forem da sua particular escolha, para civilizar os índios e instruí-los no nosso modo de trabalhar, tudo com bom modo e tirar do ócio infame em que vivem.

A todos os indivíduos de sua conduta (de sua bandeira) lhes declarará que serão castigados asperamente todos aqueles que maltratarem índio algum que se vier submeter à sua bandeira, como também serão punidas as pessoas que (...) - (duas linhas ilegíveis)”.

Àquela época (1769) só havia as tribos dos soldados-índios, remanescentes das antigas aldeias do Pai-Pirá, que fora sucedido por João de Godoy Pinto da Silveira, a exemplo de Aldeia de Santana, no rio das Velhas, e Pissarrão, no Triângulo então Goiano²⁵. Os caiapós estavam dominados e praticamente reduzidos em aldeias perto de Vila Boa.

Essa regulamentação se aplicaria, em rigor, somente às simultâneas entradas – que se fizeram na mesma época - aos sertões do Cuieté, Abre Campo e Peçanha, entre outros, onde havia muitos índios, como documentou José João Teixeira Coelho em seu “*Intrucção*” de 1780²⁶. Foi inserida nas ordens de Pamplona a partir da regulamentação geral, sem razão de fato e apenas com a finalidade de exaurir o regulamento. Por isso foi

24 A expressão “*nossa bandeira*” comprova que a bandeira de 1769 não era somente de Pamplona, mas dele e do Governador Conde de Valadares.

25 Isso, apesar de João de Godoy ter sido expulso da Capitania de Goiás entre 1765 e 1767. Confira em *AHU-ACL-N-Goiás*, N° Catálogo: 1407; N° Catálogo: 1414 e N° Catálogo: 1432.

26 *Revista do APM*, v. 8 de junho-julho/1903, p. 479.

que, mesmo sem ter visto qualquer índio na Expedição, Pamplona passou a inventá-los²⁷ e/ou a exagerar, em outros documentos, a presença deles dentro de sua real jurisdição, fora do Triângulo Goiano, principalmente depois que João de Godoy Pinto da Silveira passou a residir em Pitangui, bem como a servir ao Governo Mineiro²⁸, prestando auxílio às expedições de Inácio de Oliveira Campos, de Pitangui ao Triângulo Goiano.

Em carta de 10 de outubro de 1769 a Valadares, Pamplona relata que em razão de boatos sobre a violência dos índios, esparramados pelos integrantes da bandeira do Tenente José da Serra Caldeira que já havia regressado, os seus “novos entrantes” ficaram muito “*timoratos e amedrontados de ouvirem referir a estes exploradores no sertão que este estava cheio por um e outro lado de gentios*” razão porque lhes teria feito um discurso – que transcreve – que os teria enchido de coragem e disposição para continuarem no empreendimento²⁹. A evidência é que Pamplona inventou e/ou exagerou em tudo isto.

Realmente, como se constata da publicação do Relatório de Pamplona na Revista *Anais da Biblioteca Nacional*³⁰, nenhum índio foi visto e nem mesmo mencionado em 1769 pelo Escrivão da Expedição. Alguns autores, “para colaborar com Pamplona”, têm citado os índios de Guarapiranga, hoje Piranga, e até os índios dos Sertões do Leste, regiões, como se sabe, não compreendidas na jurisdição de Pamplona e, além disso, muito distantes do então Triângulo Goiano e de Bambuí.

A região de Bambuí foi palmilhada pelos paulistas de Pitangui desde os primórdios das Minas Gerais. Segundo Laércio

27 Revista ABN, 1988, p. 69.

28 Consta em 02.11.1766 um “OFÍCIO do [Governador e Capitão-General de Goiás], João Manuel de Melo, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], Conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a ordem para remeter à cadeia do Limoeiro, em Lisboa, António José Correia, Manuel José de Andrade e José Tomás Vilanova, pelas desordens que eles têm praticado na Capitania de Goiás, e mandando saírem dela o [ex-tesoureiro da Casa de Fundação de Vila Boa], José Ribeiro da Fonseca e [o Capitão] João de Godói Pinto da Silveira, por serem inquietadores do sossego público” – in -AHU-ACL-N-Goiás Nº Catálogo: 1407; confirma-se em -AHU-ACL-N-Goiás, Nº Catálogo: 1432.

29 In Códice 18.2.6 da FBN.

30 ABN, v. 108 de 1988, pp. 51-103.

Rodrigues, “as primeiras entradas que se fizeram com o objetivo definido de conhecer os sertões além do Lambari até o São Francisco, foram empreendidas por José de Campos Bicudo, João Veloso de Carvalho e Antônio Rodrigues Velho³¹, este último conhecido pelo alcunha de “Velho da Taipa”, um dos fundadores de Pitangui. Em documento publicado pelo Cônego Trindade, declara-se que Veloso e Rodrigues Velho, pelos anos de (setecentos e) trinta e tantos, situaram fazenda no sítio do Mamboim (Bambuí) de uma e de outra parte do São Francisco e ainda mais acima desta paragem no sítio chamado Forquilha”³²; (inserções nossas).

A 15ª testemunha, José Rodrigues de Oliveira, no Processo de Justificação do neto de Bartolomeu Bueno do Prado, que esteve presente na Batalha de 1759, fez referência ao “*Quilombo do Bambuí, que este está feito Arraial*”, referência que, salvo melhor juízo, poderia significar que o próprio quilombo virou o arraial, hoje Cidade de Bambuí.

Pamplona, da mesma forma, “esqueceu-se” de que, após a posse civil, ocorreu em 16 de setembro de 1759 a posse eclesiástica de toda a região, inclusive dos quilombos “*Indajá e Mambuí*”, ou seja, Indaiá e Bambuí pela expedição de Bartolomeu Bueno do Prado³³.

Portanto, Bambuí já existia muito antes de ter aparecido por lá o Inácio Correia Pamplona. Além do mais, este ali se instalou não só por situar-se o arraial dentro de suas posteriores sesmarias, mas também por ordem direta do Conde de Valadares, como a seguir se comprova.

No “(...) *Arraial de Santa Ana do Bambuí deve fazer o dito Inácio Correia Pamplona o ponto central para dali expedir as partidas que entender convenientes para as novas conquistas e, de todos os progressos que for avançando, me dá individual conta; para cabos das ditas partidas elegerá aquelas pessoas de quem fizer maior confiança e em que concorram as*

31 Cartas de Sesmaria concedidas por Martinho de Mendonça em 26 de novembro de 1737, in *Revista do APM*, v. 3, 1889, pp. 848-851.

32 *História de Bom Despacho*, pp. 17-18.

33 *Archidiocese de Mariana*, p. 112.

circunstâncias precisas para a referida empresa, e deste procedimento dar-me-á parte, o que deve fazer por parada de morador em morador, sempre que se lhe ofereça coisa de que me faça participante". Portanto, em 17 de maio de 1769 Bambuí já era um arraial.

Segundo o colega Herculano Veloso³⁴, em 5 de julho de 1769, o Procurador da Vila de São José (hoje Tiradentes), na presença de supostos moradores³⁵, tomou posse da "*paragem que é do Bamboí (o mesmo que Bambuí), Picada (...) São Francisco abaixo, passagem velha da picada de Goias, serra da Marcela, suas vertentes de uma e outra parte, cabeceiras do Paranaíba, Quilombo do Ambrósio, cabeceiras do rio de São Francisco, da canastra (...)*". (Grifo e inserção nossas). A posse em questão ignorou a geografia. Pamplona e os reinóis de São José quiseram generalizar o Campo Grande, com o nome de sua capital, o Quilombo do Ambrósio. Porém, o Quilombo do Ambrósio, a capital do Campo Grande, nunca se localizou entre as cabeceiras do Paranaíba e do rio São Francisco³⁶. A Primeira Povoação do Ambrósio ficava em território da atual Cristais-MG e pertencia mesmo à então Comarca do Rio das Mortes. O Segundo Quilombo do Ambrósio, por sua vez, ficava em Goiás. Oportuno esclarecer que não seria a primeira vez que invadiríamos essa Capitania, visto que Bartolomeu Bueno do Prado já o fizera em 1759. Diante do contexto que então se delineava, quebrava-se também o pacto firmado entre Luís Diogo e o Governador de Goiás em 1764/5, no sentido de que, enquanto o Rei não resolvesse a questão de fronteiras levantada por Minas, deveriam ficar "*as coisas no estado em que se acham*"³⁷.

Tudo isso explica a simulação de Pamplona, ao descrever no Diário a viagem para suas próprias terras e, depois, para esse arraial, no período de 18 de agosto a 13 de outubro de 1769, como

34 Em seu *Ligeiras Memórias Sobre a Vila de São José*, BH, 1955, pp. 48-49 (informação que recebemos do colega Lindiomar de Bambuí-MG).

35 Na verdade subordinados de Pamplona identificados em AHU-ACL-N-MG doc. 66609.

36 Confira no Mapa do Julgado do Rio das Velhas (Goiás) e parte da Capitania de Minas Gerais com a divisa de ambas. José Joaquim da Rocha, 1780, in *Cartografia das Minas Gerais—da Capitania à Província*.

37 AHU-ACL-N- Goiás – documento nº 2586, pp. 11-13.

se fosse uma “entrada”, o que não procede, pois é provável que, desde a posse das suas sesmarias, ele e seus serviçais já tivessem passado uma centena de vezes por esses caminhos e locais. A instrução anteriormente descrita explica a razão de ter Pamplona introduzido no Diário da sua Expedição de 1769 a construção de uma ponte, de uma estrada e da Capela de Santana do Bambuí.

Porém, a questão a seguir é outra, provavelmente complementada por instruções verbais, e seria dirigida aos atos que deveriam ser praticados dentro da Capitania de Goiás, por ocasião de sua invasão.

“Em todos aqueles sítios que ele entender são próprios para construção de novo arraial e houverem pessoas concorrentes para o seu estabelecimento, dará todas as providências que entender necessárias a este respeito, destinando uma pessoa da sua maior satisfação para comandar interinamente o povo que se agregar, e de tudo com miudeza me dará conta. E como na boa harmonia com que se devem tratar as pessoas que o seguem nesta diligência deve aplicar particular acuidade, porque sem ela tudo será desordem”.

Pamplona nomeou cabos para todas as povoações já existentes, a exemplo de Piumhi e Bambuí, mas quanto a “criar” um arraial, só um, ou seja, foi cumprindo esta ordem escrita – acrescida de outras verbais – que ele simulou a criação de um Arraial de Nossa Senhora da Conceição em lugar impreciso, mas com certeza dentro do então Triângulo Goiano³⁸, onde não tinha competência, jurisdição ou pressupostos materiais ou de fato para isso. Foi, sem dúvida, uma mera simulação nunca concretizada. Entre os 85 nomes listados por Pamplona como candidatos a sesmarias nesse falso arraial, além de 14 se contarem também entre os 22 titulares das imprecisas cartas de sesmaria (de **nove** léguas) de 1º de dezembro de 1767, há dez com o sobrenome Resende, inclusive do próprio Vigário Gabriel da Costa, afora outros com o sobrenome Pamplona e de seus subordinados. Outros destes 85 já eram titulares de outras sesmarias em território mineiro, a exemplo de José Pinto Viseu, de Santo Antônio do Monte, ou Gonçalves Viana, de Bom Despacho.

38 Revista ABN, 1988, 1º § da p. 78.

Nenhum deles, porém, obteve, de verdade, qualquer sesmaria nas imediações do falso e insubsistente *Arraial de Nossa Senhora da Conceição Conquista do Campo Grande*³⁹.

Mesmo na região do Alto São Francisco não localizamos qualquer sesmaria que tenha sido concedida por Pamplona a qualquer sesmeiro. Ao contrário, utilizou-se da iníqua Lei das Sesmarias e obteve judicialmente a expulsão geral de todos posseiros e sesmeiros da região. Esta foi a verdadeira saga de “sua conquista”. Porém, ao final da vida, nem mesmo suas próprias sesmarias havia conseguido demarcar judicialmente. Aliás, reclamou de todos aqueles que tentaram ou demarcaram sesmarias judicialmente, a exemplo de Domingos Antônio da Silveira, que vendera uma outra sesmaria ao Padre Doutor⁴⁰. Portanto, é um total absurdo que muitos de nossos historiadores tenham atribuído e continuem a atribuir a Inácio Correia Pamplona – sem provar que alguém tenha recebido dele ou através dele qualquer terra - o título de “colonizador” dessa região.

O próprio Pamplona revelaria a Valadares em setembro de 1770 que “(...) *estes moradores [de Campo Grande] já irados de mim, uns com os outros clamam que eu os enganei e os guiei àquele lugar com promessas vãs e os reduzi a pior estado (...)*⁴¹”, alegando, é claro, outras razões e não a verdadeira, qual seja, a inidoneidade de “suas” cartas e posses, mormente dentro do Triângulo Goiano.

Voltando a maio de 1769, assim se encerra o regulamento dado por Valadares a Pamplona:

“E como o dito Inácio Correia Pamplona espontaneamente se oferece à expensa de seu cabedal para esta conquista, sem mais interesse do que se fazer credor das mercês e honras com que Sua Majestade costuma premiar aos que se empregam no Real Serviço e a bem público, fico certo do seu valor e atividade

39 Revista ABN, vol.108, 1988, p. 93.

40 Uma outra sesmaria, e não aquela de nove léguas quadradas prometida pela Carta de Sesmaria de 1º de dezembro de 1767.

41 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 22.9.1770 - Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Cód. 18,2,3 doc. 8, citado por Márcia Amantino em seu “*Mundo das Feras*”.

fará felizes progressos nesta premeditada empresa. Vila Rica, a 17 de maio de 1769. Com rubrica de Sua Excelência.

Está conforme o regimento. José Honório de Valadares Aboim”. (Grifos nossos).

Com esta constante alegação da espontaneidade e do autocusteamento de Pamplona, caso ocorressem na expedição invasora “*incidentes que não podem ser prevenidos e pode acontecer*”, o Governo da Capitania de Goiás e seus protetores no Reino não poderiam acusar o Governo das Minas Gerais, pois, como evidencia esta ordem - assim diriam - para todos os efeitos, Pamplona fora quem decidira invadir por conta própria a Capitania de Goiás.

Por outro lado, na sequência da mesma frase anteriormente destacada está o fundamento escrito em que se baseou Pamplona para, a partir do PJICP de 1803-1805, requerer exageradas mercês pecuniárias ao Rei. De fato, ele nada tinha a receber, pois se locupletara - e muito - sobre os arraiais que parasitou por quase quarenta anos, principalmente os de Tamanduá, Piumhí e Bambuí.

Veja-se que Pamplona deve ter recebido, sim, muita ajuda de todas as autoridades da Comarca do Rio das Mortes para sua Expedição, instadas que foram pelo Governador a prestar-lhe todo “*auxílio, ajuda ou socorro*”, como abaixo se transcreve:

“Porquanto se oferece a marchar à conquista do Campo Grande Inácio Correia Pamplona, com um corpo de gente amunicionada à sua custa, sem perceber da Real Fazenda coisa alguma para esta importante diligência a tantos anos tentada e, até o presente não conseguida, sendo de tanta utilidade não só aos habitantes daquele continente, mas ainda ao bem público, e se deve ter particular reflexão sobre este assunto, tanto em benefício nosso.

O Capitão-Mor da Vila de São José e todos os mais oficiais, tanto de tropas pagas, como auxiliares e mais milícias, assim como também o Capitão-Mor da Vila de São João Del Rei e mais oficiais acima declarado que forem do seu comando e, além destes, todas as pessoas de qualquer qualidade que sejam, sem exceção alguma, a quem o dito Inácio Correia Pamplona pedir auxílio, ajuda ou socorro para bem da sobredita diligência, prontamente o dará, pena de ser castigado a meu arbítrio, o que

*me constar foi omissa nesta parte. Vila Rica, 17 de maio de 1769. Com a rubrica de Sua Excelência*⁴². (Grifos nossos).

Como é evidente de todo o contexto, “*esta importante diligência*”, colocada na sequência do impulso inicial de Gomes Freire, reiterado por Luís Diogo, tinha como objetivo principal invadir o Triângulo Goiano e plantar ali indícios de posse e uso da terra, para, depois, usá-los na legalização do esbulho, tentado desde 1738-1748, mas que só viria a se concretizar, muito mais pelo poder político da gigantesca Capitania Mineira, em 1815-1816, cinco anos depois da morte de Pamplona.

A expressão “*tanto em benefício nosso*”, S.M.J., só pode ser entendida como em benefício dos reinóis do Sul-Sudeste (a carta é dirigida ao Capitão-Mor de São João Del Rei). O expansionismo reinol já havia esbulhado territórios das capitanias da Bahia, Pernambuco e da extinta São Paulo e, agora, os reinóis precisavam continuar a se impor a quaisquer potentados brasileiros, principalmente em se tratando da pobre Capitania de Goiás, onde remanesciam alguns potentados paulistas e falsos rastos dos Távoras.

Há que se considerar também a constante sombra de uma derrama que, por enquanto, era enganosamente vista como símbolo do poder reinol. Ainda no governo de Valadares, em junho e agosto de 1772, os homens-bons das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes usaram de argumentos sociais, econômicos e processuais para empurrar com a barriga a primeira ameaça surgida depois de 1763-1765, quando só a dívida de Vila Rica já estava em “*três arrobas para perfazer a quota de cem, nos anos de 1769, 1770 e 1771*”. Principalmente os contratadores, salvo melhor interpretação, passariam a sistematizar remédios político-jurídicos para adiar a solução de um problema que, mais dias, menos dias, os destruiria⁴³. Afinal, por enquanto, a Derrama lhes dava poder sobre as demais capitanias e seu adiamento lhes garantiria muito lucro. A maioria talvez nem tivesse plano de ficar por muito tempo nesta “Capitania da Derrama”.

42 In PJICP, fl. 52.

43 Ver *Revista do APM*, v. 02, 1897, abr/jun, fasc. 2, pp. 367-370.

Voltando às instruções de Valadares a Pamplona.

Note-se que até em maio de 1769, o tratamento dispensado a Pamplona fora apenas de o “*DITO Inácio Correia Pamplona*”. A partir de agosto de 1769, ele passa a ser chamado por Valadares de “*Mestre-de-Campo Inácio Correia Pamplona*”⁴⁴. Vejamos:

“Para diligência que tenho encarregado do Real Serviço ao Mestre-de-Campo Inácio Correia Pamplona: ordeno a todos os capitães-mores, comandantes e mais oficiais de milícias dos distritos de Pitangui, São José, São João Del Rei, Piauí (o mesmo que Piuí, Piuhi, hoje, Piumhi), Campo Grande, Bambuí e Picadas de Goiás, e ainda os mesmos (militares) pagos, deem todo auxílio que pelo dito Mestre-de-Campo lhe for pedido, para pronta expedição das mesmas ordens. Vila Rica, 7 de agosto de 1769. Com a rubrica de Sua Excelência. Está conforme o regimento: José Honório de Valadares Aboim”. (Inserções nossas).

Realmente, o Conde de Valadares deu a Pamplona muito prestígio e poder. O principal interesse imaginável que esse Governador pudesse ter sobre a pessoa de Pamplona, além da continuidade do expansionismo reinol, talvez fosse o de que ele lhe repassasse todo o conhecimento que pudesse ter, incluindo segredos sobre seu compadre João Fernandes de Oliveira e o sexto contrato dos diamantes, sobre os quais Valadares estava comissionado em importante missão.

Sobre a Expedição de agosto de 1769.

Várias fontes indicam que o jovem Conde de Valadares gostava muito das festas e de todas as artes, incluindo a literatura, o teatro e a música, destacando, Joaquim Felício dos Santos, que entre os prazeres que lisonjeavam o espírito do Conde, estavam os

44 O próprio Pamplona em carta a Valadares datada de 17.11.1769, todo entusiasmado disse ao governador: “*eu até agora era o Pamplona, e agora, por mercê de Vossa Excelência, sou o Mestre-de-Campo*” – in Códice 18.6.2 da FBN.

“*bailes, teatros, caçadas, passeios, ricos presentes e jantares opíparos*”⁴⁵.

Durante a expedição empreendida por Pamplona em 1769 não faltaram as caçadas, registradas várias vezes no Diário e no Roteiro, culminando com o tirambaço que em 3 de novembro o grande Pamplona deu na pá de uma “*corça de agigantada grandeza*”, mostrando como é que se caçava, o que arrancou de todos “*muitos vivas e aplausos*” pela sua belíssima pontaria⁴⁶. Ora, caçar dentro da terra a conquistar não gerava qualquer fato útil a uma posterior alegação de posse. No entanto, com certeza, Valadares, ao ler os registros da expedição, iria gostar muito disso.

Da mesma forma, na mesma expedição de Pamplona “*constavam, os músicos que o acompanhavam, de sete escravos seus, fora da referida conta, e um branco, fazem oito, com violas, rebecas, trompas e flautas travessas*”, além de pretos cantores e tambores com suas caixas⁴⁷. Durante a expedição, essa orquestra tocava e cantava sempre nas alvoradas, missas e jantares, tanto as músicas sacras e cantochão, quanto as profanas⁴⁸, sendo os jantares regados a vinho⁴⁹, com declamações de sonetos, discursos e galhofas⁵⁰.

Constatamos em toda a bibliografia e documentos que pudemos estudar sobre Pamplona que não se acha qualquer referência ao fato de que ele gostasse de música⁵¹, teatro, poesias,

45 *Memórias do Distrito Diamantino*, Itatiaia/Edusp, 1976, p. 126.

46 *Revista ABN*, 1988, pp. 67-69, 75 e 76.

47 *Revista ABN*, 1988, p. 53.

48 A maioria dos músicos das Minas setecentistas eram negros e pardos, tanto escravos como forros, pois, como todo historiador devia saber, a música tocada ou cantada era considerada como trabalho manual e, como tal, era atividade indigna para um homem branco livre.

49 Da lista de víveres comprados no Rio de Janeiro em 03.08.1769, constam DOZE barris de vinho, fl. 270-b do PJICP.

50 Confira-se, por exemplo, nas p. 53, 56, 57, 58, 65, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 78, etc. da *Revista ABN*, 1988.

51 Realmente possuía escravos músicos que eram mais valiosos e, além disto, poderiam animar qualquer festa. Pamplona gostava de festa vulgares, pelo menos é o que se entende de sua carta de 11.04.1797 a Joaquim Ferreira da Silva avisando-o de que estava mandando seus rapazes, músicos, para animar a função que esse amigo estava promovendo – in APM CC_CX 76 20060 Doc.04.

declamações, caçadas ou jantares opíparos etc. Realmente, não consta qualquer presença de Pamplona nem mesmo nos conhecidos eventos culturais ou saraus dos Inconfidentes poetas. Ora, então por que o grosseiro Pamplona mandou repetir tantas vezes, episódios de suposta arte e cultura no Diário e no Roteiro de sua Expedição?

Portanto, evidente que, ao contrário do entendimento da Doutora Laura de Mello e Souza, Pamplona não estava “*levando a civilização à fronteira*”⁵² coisa nenhuma, mesmo porque a maioria das poesias transcritas no Diário eram apenas meras e exageradas apologias a ele próprio, que pretendeu, isso sim, promover-se e fazer com que os escritos de sua expedição invasora agradassem em cheio ao refinado gosto de seu leitor principal, qual seja, o Conde de Valadares, solicitante e destinatário do relatório da expedição⁵³.

O Roteiro seguido pela comitiva de Pamplona

O Escrivão de Pamplona noticiou⁵⁴ que “*quero dar notícia da Picada Velha de Goias, feita por Urbano do Couto*”⁵⁵, sendo esta suposta notícia de 1733⁵⁶ confundida com as notícias de 1735-1736⁵⁷ sobre essa picada, que desde os primórdios das Minas foi feita e percorrida pelos paulistas⁵⁸. O Capitão Antônio João de Oliveira e Manoel de Souza Portugal se utilizaram da parte mineira dessa mesma picada para atacar o Palanque e o Quilombo do Ambrósio em 1746. Já Bartolomeu Bueno do Prado,

52 Obra “*Norma e Conflito*”, 2006, pp. 118 e seguintes.

53 Exemplo bem ilustrativo disto é a poesia dirigida nominativamente a Valadares, elogiando o fato de ter escolhido o grande Pamplona para ser o Regente valente e destemido. In: *Revista ABN*, 1988, pp.76-77.

54 *Revista ABN*, 1988, p. 97.

55 Sem dúvida, é Urbano do Couto de Meneses, in *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, pp. 253-254, sesmeiro contemplado em 08.06.1737, *Revista do APM*, v. 3, ano 1898, pp. 842-843.

56 Só com a Capitação, 1735-1750, é que caiu a proibição, voltando a ser permitida a abertura de picadas.

57 Verbete nº. 3020, Cx. 38, Doc. 9; Verbete nº. 2347, Cx. 30, Doc. 53; e Verbete nº. 3031, Cx. 38, Doc. 46, todos do *IMAR/MG*, do *AHU*.

58 *História de Bom Despacho*, p. 23.

em 1759, além da parte mineira, utilizou também a parte então goiana para atacar os quilombos do além São Francisco e Triângulo. Em 1764, o Governador Luís Diogo utilizou a parte mineira desta picada até o rio Piumhí. Nota-se que o mapa-roteiro de Pamplona não traz, ou teve apagado, o rio Formiga. Destaque-se, no entanto, o satisfatório norteamento desse mapa-roteiro de 1769 e suas indicações que, no caso de Pamplona, serviu para desmascarar muitas de suas próprias inverdades, exageros e contradições.

Primeiro percurso da comitiva de Pamplona

A viagem de 17 dias, entre os dias 18 de agosto e 3 de setembro de 1769, com Pamplona indo de sua fazenda do Capote até a suas outras fazendas do Desempenhado, São Simão e Santo Estevão, região palmilhada desde os primórdios das Minas e em grande parte já habitada, não pode ser considerada parte da expedição de Pamplona, mesmo porque, o Campo Grande de então já era outro, deslocara-se, desde 1759, para a região situada na margem esquerda do rio São Francisco, altura dos rios Bambuí e Perdição e do Triângulo Goiano de então.

Destaca-se primeiramente nesse percurso sua passagem em 21 de agosto de 1769 pela casa de Bernardo Homem da Costa (sic), localizada de frente à serra do Sal, a norte da atual São Tiago-MG. Foi dele que Pamplona comprou os mantimentos que seriam utilizados pela sua comitiva, conforme recibo de fazendeiro com o nome de Bernardo Homem da Silva (sic), no valor de 137 oitavas de ouro, datado de São João Batista⁵⁹, a 25 de dezembro de 1769⁶⁰. O que confirma que, até então, Pamplona pouco ou nada tinha plantado em suas próprias terras.

Destaque-se, outrossim, que em 26 de agosto de 1769, depois de andar 4 léguas, a comitiva passou pelo Pouso Alegre⁶¹

59 Morro dos Ferros, outro nome do mesmo local desta passagem.

60 Documento à fl. 272 do PJICP de Pamplona.

61 Roteiro da velha picada feita por Urbano do Couto, segundo *A Revista ABN*, 108 – p. 97.

e, seguindo rumo “oés-sudoeste”⁶², passou pela fazenda da Formiga, chegando à fazenda de Antônio José (fazenda do Quilombo)⁶³, onde se aquartelou naquela noite⁶⁴ (p. 99)⁶⁵. Por que destacar esta passagem ?

Recordemo-nos de que o Escrivão de Pamplona devia descrever a expedição através de dois documentos, sendo um chamado Diário⁶⁶ e outro, Roteiro⁶⁷. Esses poucos dados foram extraídos da descrição deste último. Isso, porque o Diário pulou, da parada de 22 de Agosto no sítio do Manteúdo (após a atual Oliveira-MG), para 24 (na verdade 27) de agosto, quando já foram dormir num lugar chamado Capetinga, a sudoeste de Pontevila, depois do Quilombo da atual Formiga-MG. O Escrivão de Pamplona limitou-se a registrar ao final desta etapa da viagem, o seguinte:

*“Declaro que no copiar do borrador para este limpo se passaram duas marchas por equivocação; uma a Manoel Dutra e outra a Antônio José, o Torto, nas quais não houve circunstância essencial que haja de referir-se”*⁶⁸. Esta “equivocação” se repetiu também no Roteiro das descrições toponímicas, no informe de que *“depois de passar o morro Cavado, ia costeando o rio Santana, ficando este à parte do norte até passar uma ponte perto do rio São Francisco (sic) e, depois de passar este, seguia o mesmo rumo até a serra da Marcela”*⁶⁹. Como se vê, a alegada “equivocação” mutilou, também da descrição da rota-caminho, as passagens pela fazenda da Formiga e pela fazenda do Quilombo,

62 Sudoeste da atual Itapeçerica para o nordeste de Formiga.

63 Trata-se de Antônio José da Silva, que em 1º de janeiro de 1765, requereu sesmaria a Diogo Lobo da Silva, na fazenda do Quilombo, em Formiga.(62). *Achegas à História do Oeste de Minas – Formiga e Municípios Vizinhos*, 1993, p.69.

64 Também o Governador Luís Diogo Lobo e sua comitiva acamparam nesta mesma fazenda em 15 de setembro de 1764, formando nela *“uma esquadra de cavalaria auxiliar, por não haver gente para mais”*, Cx. 85, Doc. 34, Rolo 75, p. 125-b do AHU.

65 *Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se Devolve ao Povo*, 2008, p. 985.

66 Pp. 53 a 90 do artigo *Encontrando Quilombos* da *Revista ABN*, v. 108, 1988.

67 Pp. 96 a 103 do artigo *Encontrando Quilombos* da *Revista ABN*, v. 108, 1988.

68 *Revista ABN*, 1988, p. 58.

69 *Revista ABN*, 1988, p. 97.

toponímias, no entanto, descritas na lateral do mapa-roteiro de Pamplona como “61 – fazenda da Formiga” e “62-fazenda do Quilombo”, esta última pertencente a Antônio José da Silva, o que é confirmado pela Carta de Sesmaria que lhe fora concedida pelo Governador Luís Diogo em 1^o. de janeiro de 1765⁷⁰.

Quanto a Manoel Dutra, o texto-roteiro informa em 24 de agosto de 1769 que “*neste mesmo dia avistamos a serra da Boa Esperança no rumo sudoeste e a serra de Piuhí no rumo oés-sudoeste*”⁷¹. Evidente que a visão da serra da Boa Esperança a sudoeste só poderia trazer, no Diário, comentários sobre “*o afamado quilombo, em que viveu o Pai Ambrósio*”⁷², ou seja, sobre a Primeira Povoação do Ambrósio. Houve equivocação ou correção do texto lançado no borrador?

Em julho de 1766, fora demarcada judicialmente a Sesmaria do Quilombo do Ambrósio, em terras “*que confrontavam pelo sul com o dito rio Grande e, pelo norte, com a Picada de Goiás e, pelo nascente, com o rio Grande Pequeno, chamado Jacaré, e pelo Poente com o dito Lambari*”⁷³. Como já restou evidenciado anteriormente, tratava-se de fato público e notório – caso contrário sua imagem não teria sido utilizada nas Cartas Chilenas - e Pamplona provavelmente o conhecia muito bem.

Quanto à fazenda da Formiga, o Governador Luís Diogo passara por ela entre 11 e 12 de setembro de 1764, porém, sem mencioná-la. Mencionou somente que em “*12 de setembro de 1764 (...) se marchou para o sítio de Antônio José*”⁷⁴, e nele se formou uma esquadra de cavalaria auxiliar⁷⁵, por não haver gente para mais, nem milícias - 4 léguas”.

70 APM SC 140, fls. 87v a 88v, de 10.01.1765. O próprio Pamplona em carta de 07.09.1769 a Valadares informou-o de que “*em 27 de agosto do mês passado (sic) dei parte a Vossa Excelência da paragem do Quilombo (o de Formiga, quando saía para a Capetinga) por uma parada que da mesma despedi*” – in Códice 18.6.2 da FBN.

71 Revista ABN, 1988, p. 98.

72 Como registrariam as contemporâneas *Cartas Chilenas*.

73 APM SC 140, fls. 111v a 113v, de 19.04.1765.

74 Esse local, antes, durante e depois da passagem do Governador já se chamava e continuou a se chamar QUILOMBO.

75 A qual continuou sob o comando do próprio Furriel Antônio José da Silva.

O mapa-roteiro do giro de 366 léguas feito pelo Governador Luís Diogo em 1764, atribuiu ao rio Lambari o nome de rio Formiga. O mapa-roteiro de Pamplona, de 1769, confundiu as bacias dos rios Santana e Pouso Alegre com a do rio Piumhi e omitiu as bacias antecedentes, inclusive aquela formada pelo ribeirão do Quilombo que faz barra no rio Formiga que, por sua vez, deságua no rio Lambari, nomes que já eram conhecidos na época e que foram mantidos até os dias de hoje.

Segundo o Dr. Leopoldo Corrêa, “em 1765, a pedido do Sargento-Mor João Gonçalves Chaves⁷⁶ foi erigida a capela “na passagem da Formiga” filial de Tamanduá de 11 de março⁷⁷ de 1765”⁷⁸. É certo também que a Sesmaria do Quilombo do Ambrósio, abrangendo quase todo o território da atual Cristais-MG, já estava demarcada judicialmente em junho de 1766, três anos antes da passagem de Pamplona. O Juiz dessa demarcação foi o Padre Doutor Salvador Pais Godói dos Passos que, por indicação do Vigário de Tamanduá, teria sido o primeiro Capelão da Capela de São Vicente Férrer da Formiga.

O mapa-roteiro de Pamplona mostra que, em 1769, ele passou pela fazenda da Formiga, nascente esquerda do ribeirão da Formiga⁷⁹, de onde derivou a noroeste e, dali, a oeste, atravessando suas nascentes e, depois, as nascentes do ribeirão do Quilombo. À altura do atual morro das Balas, derivou a sudoeste e a sul, tendo se arranchado em algum lugar entre as nascentes do Córrego das Areias e a atual Escola Oswaldo Cruz, sede da fazenda do Quilombo, do Sesmeiro Antônio José da Silva⁸⁰, feito

76 Obteve Carta de Sesmaria “na picada que ia para Goiás” em 17.06.1752, in *Revista do APM*, v. 20, ano de 1924, pp. 561-563.

77 A sesmaria do Quilombo de Formiga fora concedida em janeiro – vide APM SC 140, fls. 87v a 88v, de 10.01.1765.

78 *Achegas à História do Oeste de Minas*, p. 45, citando *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*, Cônego Trindade. nº 198, p. 112.

79 Que posteriormente viria a pertencer ao Padre Trindade.

80 Sesmaria concedida diretamente pelo Governador Diogo, dois anos antes das de Pamplona, “situada na picada que vai do Tamanduá para o Piumhi, em um sítio chamado o Quilombo” – in APM SC 140, fls. 87v a 88v, de 10.01.1765.

Capitão das “*esquadras de cavalaria auxiliar*” de Formiga e do Piumhi pelo Governador Luís Diogo em 12 de setembro de 1764.

Evidente, pois, que as toponímias “*Formiga*” e “*Quilombo*”, omitidas pelo Diário da Expedição, já eram muito antigas e de conhecimento público e notório de Inácio Correia Pamplona e também de todos os tapejares que o acompanhavam. Entendemos, por tudo isso, que não se tratou de omissão por equivocação e sim de corte proposital desses nomes.

Dali, Pamplona seguiu pelo mesmo caminho que chamou de “Picada de Urbano do Couto”, mas que era conhecidíssimo desde os primórdios paulistas do Pitangui e, depois, do Tamanduá. Trata-se do mesmo caminho pelo qual passaram, em 1746, as tropas do Capitão Antônio João de Oliveira e Manuel de Souza Portugal, assim como as tropas de Bartolomeu Bueno do Prado, em 1759, e a comitiva do Governador Luís Diogo em 1764. Portanto era caminho que, em 1769, já estava todo habitado, tanto que Pamplona, segundo as instruções de Valadares, teria de visitar de fazenda em fazenda, esses sesmeiros independentes que em nada lhe deviam suas anteriores sesmarias, a exemplo de Antônio José, da fazenda Quilombo da Formiga.

Seguiu para as fazendas da Ponte Alta⁸¹, de Manuel Barbosa⁸² e depois chegou ao Piumhi, onde provavelmente morava o Tenente José da Serra Caldeira desde os idos de 1754⁸³, contra o qual, aliás, após registrar denúncias de terceiros, ao invés de dar qualquer terra, tomou-lhe mais da metade da que possuía havia no mínimo 15 anos, para dá-la a um tal João Pereira da Rocha, não se sabe a que preço ou motivação.

Em 30 de agosto de 1769, a comitiva iniciou a travessia do rio São Francisco, onde encontrou canoas prontas para a

81 Hoje, a sudeste de Pontevila, distrito a centro-oeste de Formiga, às margens do córrego da Ponte Alta, 63, entre a “fazenda Caçador” e a “fazenda Sta. Luzia” – Ver mapa topográfico SF-23-c-III-2, Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo-SP.

82 Manuel Barbosa Soares, sesmeiro em Piumhi – *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, 1971, p. 371.

83 Era sesmeiro antigo de Piumhi; provavelmente era o próprio ou descendente do paulista José da Silva Caldeira que sempre esteve nesta região. Foi em sua casa, no Piumhi, que a Câmara de São José tomou posse do Piumhi em 28 de março de 1754 – *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, p.371.

passagem que duraria seis dias, em que pese a imensa carga que levava Pamplona, incluindo 240 quilos de ferro e aço, 12 barris de vinho e 8 de aguardente, 6 de vinagre, 4 de azeite e 1 de manteiga, afora ferragens usadas para prender e torturar pessoas, como gargalheiras e anjinhos, além de cereais, sal e capados salgados⁸⁴.

Inauguração da “Regência” de Pamplona na região do Bambuí

Pamplona e parte da expedição se adiantaram e chegaram à sua fazenda São Simão⁸⁵ em 31 de agosto de 1769. Neste ponto é que o Escrivão de Pamplona inseriu a já citada errata-declaração: “*Declaro que no copiar do borrador para este limpo se passaram duas marchas por equivocação; uma a Manuel Dutra (24.08) e outra a Antônio José, o Torto, nas quais não houve circunstância essencial que haja de referir-se*”⁸⁶.

A viagem se interrompe aqui. A partir de 1º de setembro, Pamplona manda registrar as primeiras gestões da sua recente jurisdição, a exemplo de receber as denúncias do Padre José Bernardes e do Escrivão Antônio Pereira do Tamanduá contra o Capitão-do-Mato José Teixeira de Camargo, a quem registra ter mandado chamar, além de determinar ao Soldado José da Serra⁸⁷ que o prendesse. Também manda escrever no relatório que mandara prender um negro e a sua dona, que haviam matado o senhor do negro, marido da mesma. Registra ainda que mandou levar todos esses prisioneiros para Vila Rica.

Em 8 de setembro de 1769 – e não em 1767 ou 1768 – Pamplona manda escrever no Diário que despachara duas bandeiras para o sertão, a saber:

84 Fls. 270-b do PJICP.

85 O córrego de São Simão fica a sudeste do município de Bambuí, Ver mapa topográfico SF-23-c-I-1.

86 *Revista ABN*, 1988, p. 58.

87 Provavelmente, o soldado dragão, cujo nome correto é José Francisco Serra, um dos candidatos a uma sesmaria no Triângulo Goiano.

A) uma, chefiada pelo Tenente José da Serra Caldeira que, comandando 4 cabos e 36 soldados, deveria explorar a região do “*Quilombo do Ambrósio e cabeceiras do Paranaíba, Andaiá e seus anexos*”, com o objetivo único de “*fazer miúdos exames em todos os rios, corgos e ribeirões que for avançando a fim de ver se neles há formalidade, ou mostras de ouro*”.

B) outra, chefiada por José Cardoso da Silva⁸⁸ que, comandando 4 cabos e 32 soldados deveria explorar a região da “*serra da Marcela, as vertentes do Andaiá e seus anexos*”, também com o único objetivo de “*fazer miúdos exames em todos os rios, corgos e ribeirões que for avançando, a fim de ver se neles há formalidade de amostras de ouro*”⁸⁹.

Como se vê, as bandeiras não tiveram como objetivo atacar a qualquer quilombo. Apenas no caso de encontrarem “*indícios de que há calhambolas porá todo o seu cuidado em resolver o melhor, avisando*” um à bandeira do outro que, a partir da Serra da Marcela, deveriam ser divididas, isto, “*sem se afastar um ponto nas instruções que levam*”, ou seja, instruções de fazer exames para ver se encontravam ouro. Como se verá oportunamente, ao que parece as bandeiras não se separaram.

Tanto no roteiro de José da Serra como no de José Cardoso constou ao final, respectivamente, “*Andaiá*” e “*vertentes do Andaiá*”, fluxo contraditório pois o território da missão de Serra se iniciaria ao final do território da missão de Cardoso. Assim, esse Andaiá, para Serra, poderia ser Indaiá, afluente do rio Claro que faz barra com o rio das Velhas (que provavelmente era desconhecido pelo Pamplona) e, para Cardoso, as vertentes do rio Indaiá, afluente esquerdo do rio de São Francisco.

João Vieira de Faria e Simão Rodrigues de Souza, comandantes da expedição oficial de 1766, foram colocados por Pamplona como cabos, respectivamente, das bandeiras de José Cardoso e José da Serra. As bandeiras teriam sido expedidas em 8 de setembro de 1769 segundo o Relatório (Diário e Roteiro) de

88 Pediu sesmaria no Bambuí, onde já estava estabelecido. *Revista ABN*, p. 91.

89 Instruções escritas anexas a uma das cartas de Pamplona a Valadares datadas de 07.09.1769 – Códice 18.2.6 da FBN.

Pamplona⁹⁰ e, segundo sua carta a Valadares do dia 7, no dia 4 de setembro de 1769.

Entre 9 e 20 de setembro de 1769, os registros mostram um Pamplona dinâmico, visitando a casa de José Rodrigues da Cruz⁹¹, indo depois explorar o rio São Francisco e a paragem intitulada Perdizes. Pamplona se perdeu em suas próprias terras e, assim, teve de se arrancar ao pé de um corgo a que chamaram Arantes⁹². Dali, teria guiado os seus escravos com foices, machados e enxadas, abrindo picada até encontrar o rio São Francisco (margem esquerda), cuidando, então, de não só providenciar o transporte da bagagem que ficara para trás - ferramentas, madeira - como também a construção do jirau para sustentar uma ponte sobre o rio São Francisco.

Tudo isso, como se vê, faz parte de um cumprimento ao roteiro das instruções de Valadares. Assim, a partir de 21 de setembro até 1º de outubro de 1769, Pamplona manda escrever no Relatório que passara a cuidar dos preparativos e serviços para a abertura de um caminho novo, desde a ponte⁹³ que estava construindo no São Francisco até o Pouso Alegre⁹⁴.

Neste sentido, as anteriores instruções gerais de Valadares, mas datadas de 11 de dezembro de 1769⁹⁵, estabeleciam que *“todos serão obrigados a terem caminhos e ruas dos arraiais prontos e em estado de se viajar por eles, tanto no tempo seco*

90 Revista ABN, v. 108, p. 59.

91 Inserido na relação de candidatos a sesmeiros do Arraial de Nossa Senhora da Conceição, a ser criado dentro do Triângulo Goiano.

92 Seria o atual córrego Porto Velho, ou o da Água Fria, logo acima da fazenda das Perdizes, na margem esquerda do rio São Francisco, em Iguatama.

93 Rumo das Perdizes, atualmente Município de Iguatama. Obs.: O local da ponte, no entanto, seria sempre referido no futuro como Porto Real; nunca como Ponte que, portanto, não deve ter tido importância ou duração suficiente para se firmar como um topônimo.

94 Segundo o escriba de Pamplona, deste local chamado Pouso Alegre (entre Formiga e o Povoado de Capivara, em Itapeçerica) indo-se pela estrada nova aberta por Pamplona, passando pela ponte de Iguatama, também feita por ele, passando por Bambuí, rumo Paracatu, até o Salitre (Salitre de Minas, Patrocínio) a estrada de Pamplona teria 49 léguas. Porém, de Bambuí ao Salitre não consta que Pamplona tivesse aberto qualquer estrada. Mesmo aquela da “ponte” ao Pouso Alegre era caminho antigo e NÃO foi aberto por Pamplona coisa nenhuma.

95 Fl. 49-b do PJICP.

como de águas, fazendo cada um, como é obrigado, a sua testada. Os moradores de cada distrito serão obrigados aos consertos das pontes, sua conservação e fatura⁹⁶, (...) pois que todo o Povo recebe benefício e vem utilidade a todos, (...)”⁹⁷.

Portanto, a notícia da construção de uma ponte e respectiva estrada que Pamplona introduziu no Diário e no Roteiro de 1769 tem total conotação com a ordem governamental citada anteriormente. Além disto, tendo, Pamplona, recebido 6 cartas de sesmarias num total de 54 léguas/2, ou sejam, 356,4 quilômetros quadrados, não teria feito mais que sua obrigação.

A gabolice de Pamplona exsurge, em prosa, do registro de 2 de outubro de 1769, no qual são narrados acidentes na ponte, onde o escriba procura atribuir a Pamplona não só o heroico resgate às águas, mas também a cura milagrosa do mestre de obras, por força da inabalável fé do Mestre-de-Campo e também das promessas que este fizera à Nossa Senhora da Conceição e São Francisco de Sales, aos quais, pouco antes, mandara iniciar a construção de uma capela⁹⁸.

Enfim, a 7 de outubro de 1769, terminada a ponte, chegou a tropa de sua fazenda do Capote e atravessou pela primeira vez a dita ponte⁹⁹. Assim, a 8 de outubro de 1769, Pamplona teria se dedicado a mandar aterrar o leito da ponte; almoçou, ouviu sonetos bajuladores e, com parte da comitiva, montou a cavalo e foi dormir no sítio do Estevão Arantes¹⁰⁰. Assim, a ponte, iniciada a 12 de setembro, ficara pronta em 8 de outubro de 1769, demandando, portanto, 24 dias para ser construída¹⁰¹.

96 Fatura é o mesmo que feitura, construção.

97 Essas são determinações geralmente inscritas nas posturas das vilas e arraiais. Porém, sua aplicação a sesmeiros isolados geraria, isto sim, extrema insegurança e medo destes em relação ao Regente Pamplona, como de fato gerou.

98 *Revista ABN*, 1988, pp. 60-61.

99 O Mapa de JJ da Rocha mostra esse antiquíssimo caminho que, vindo de Bambuí, passa pelo sítio São Simão, rumo para o rio São Francisco, o qual atravessa (sem sinal de ponte) indo para um lugar chamado Perdizes.

100 Margem esquerda do São Francisco, sudeste de Bambuí próximo ao local hoje conhecido como Pedra Branca.

101 *Revista ABN*, 1988, pp. 61-64 e 99-100.

Pamplona fez registrar no relatório ao Conde de Valadares que, em 9 de outubro de 1769, mandou várias pessoas cortarem esteios e lavrarem madeiras para levantamento da capela-mor da Matriz do Bambuí. Registrou também que, em 10 de outubro, orientara o começo da obra da Capela de Bambuí, mandando abrir buracos e levantar os esteios. Mandou escrever também que a 11 do mesmo mês, passou a responsabilidade da continuidade das obras da capela ao Vigário¹⁰², consignando suas ameaças a quantos se recusassem em colaborar com o Padre. Isso feito, a comitiva montou a cavalo e voltou para a Estância São Simão¹⁰³.

Para melhor entendimento dos registros no relatório solicitado por Valadares, é preciso ter em conta que, entre as instruções inclusas na portaria dirigida pelo Conde ao Mestre-de-campo, consta a ordem de que “*os moradores serão obrigados a edificarem logo uma capela decente e proporcionada ao número dos assistentes de cada, - duas linhas ilegíveis - (...) Mestre-de-Campo Regente*”¹⁰⁴.

Pamplona havia recebido 6 sesmarias contíguas de 9 léguas quadradas cada uma¹⁰⁵, com local de pião especificado na principal, totalizando, pois, 356,4 quilômetros quadrados de terras. Portanto, sendo verdade que teria mesmo iniciado a construção da Capela de Bambuí, não teria feito nada mais que sua obrigação de maior sesmeiro-latifundiário de que se teve notícia na segunda metade dos setecentos em Minas Gerais.

Os outros 16 sesmeiros, cujas sesmarias de 1º de dezembro de 1767 também apontavam 9 léguas quadradas para cada uma, nenhuma obrigação teriam de construir essa capela, pois, além de suas cartas não indicarem o local do pião da medição, a maioria delas nunca se concretizou nem na vaga indicação de “*segundo braço (ou sertão) do rio de São Francisco para dentro, e do mesmo rio, serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio*”¹⁰⁶. Ao

102 Trata-se do vigário da nova conquista do Bambuí, José Rodrigues de Oliveira.

103 *Revista ABN*, 1988, pp. 64, 65, 66-67, 69 e 70.

104 Fim da fl. 49-b, começo da 50-a do PJICP.

105 A légua de sesmaria equivalia a 6,6 quilômetros.

106 Antônio Afonso Lamunier (cirurgião da expedição) teria vendido a sesmaria a Manuel da Silva Brandão em 08.11.1790, sem demarcar, ainda em maio de 1800 (11176-cx.153, doc. 12, de 24.05.1800). Brandão

contrário, a maioria deles aparece na lista dos 85 laranjas, como candidatos a sesmarias dentro do Triângulo Goiano, o que também nunca se realizou¹⁰⁷.

Portanto, não há prova de que Pamplona tivesse, realmente, favorecido a novos entrantes ao território de “sua regência”. Sua “conquista”, como se viu, foi político-judicial, pois obteve previamente um despacho do Governador expulsando com braço militar todos posseiros e sesmeiros pobres da região. Em 1769, seu próprio relatório a Valadares traz indícios de ter esbulhado terras de legítimos possuidores em benefício próprio e também em benefício de terceiros suspeitos. Vejamos.

Perdizes, como se sabe, é o antigo nome do território ocupado hoje pelo município de Iguatama¹⁰⁸. Trata-se de sesmaria vendida por Pamplona a Maria Alves de Souza, viúva de Alexandre Ferreira, segundo o próprio Pamplona declarou em seu testamento¹⁰⁹. Nas páginas 73-75 da Revista ABN, nº108 de 1988, há uma referência de que o falecido - Alexandre Pereira Brandão¹¹⁰ - em 31 de outubro de 1769 fora até o Quilombo dos Santos Fortes (dentro do Triângulo Goiano) para reclamar que Pamplona o estava lesando na propriedade desta Sesmaria de Perdizes (do rio São Francisco). Pamplona o humilhou e disse que as terras eram suas, pois, inclusive, as comprara de um “Sargento-Mor fulano paulista”¹¹¹. O relatório a Valadares, como se vê, quis deslocar esse embate para dentro do Triângulo Goiano, onde

comprara a sesmaria acima de Lamunier e a demarcara em 1799. Representantes de Lamunier, não obstante, 21.07.1802, tentavam demarcar a sesmaria vendida anteriormente. 11967-cx. 164, doc. 21. Também Domingos Antônio da Silveira teria vendido uma outra sesmaria ao Padre Doutor, que mandou demarcá-la sob os protestos e queixas de Pamplona. Afora estes dois, nada mais encontramos entre os 16 sesmeiros de 1º de dezembro de 1767.

107 Revista ABN, 1988, p. 93, “Lista das pessoas que pediram Sesmarias pertencentes ao Arraial de Nossa Senhora da Conceição, Conquista do Campo grande, até o dia 16 de novembro de 1769”.

108 Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais, pp. 218-219.

109 Localizado no Arquivo Judiciário de São João Del Rei – IPHAN.

110 Pode ter havido troca do sobrenome da pessoa. A verossimilhança com *modus operandi* de Pamplona, na verdade é seu *modus vivendi*: enganar e maltratar os pequenos e, do mesmo passo, bajular, contar papo, corromper e pedir favores aos grandes.

111 O que prova que Pamplona não conquistou NADA. Apenas reocupou espaços que desde os anos 1720 já eram ocupados pelos paulistas, no caso, por Faustino Lopes de Camargos.

Pamplona diz ter dado também o nome de Perdizes. Esta esperteza de Pamplona imortalizou sua arrogância a confundir-lhe a inteligência, pois não conseguiu encobrir e, ao contrário, perpetuou no relatório o esbulho que praticou contra seu vizinho de Bambuí. Como se vê, Pamplona teve mesmo muitos motivos para não juntar esse relatório ao presente PJICP.

Pamplona juntou à sua carta de 10 de outubro a Valadares, uma carta que teria escrito a 5 de outubro ao Tenente José da Serra Caldeira, de onde se destacam os seguintes termos:

“Eu dei a vossa mercê umas instruções com as ordens que devia seguir, com mantimentos para mês e meio (...) porém como agora conheço da sua relação a curta extensão do seu avançamento, sabendo que semelhantes entradas não podem ser ordinariamente repetidas pelas excessivas despesas que nelas se distribuem, fico conhecendo por baldada toda a minha diligência e zelo no descobrimento de ouro, que quando não acha indícios mais acreditáveis (...) devia ir encontrar-se com a outra bandeira às vertentes do Indaiá, com que se afirmam irem turvas as suas águas do ouro que nas suas vertentes se extraem e como eu dei parte ao Exmo. Sr. Conde Valadares (...) de toda a administração que a vossa mercê tinha incumbido, agora fica vossa mercê responsável a responder ao dito (...) Senhor pela omissão que teve no encargo de tão atendível diligência que eu da minha parte só sou a dizer que o tempo que vossa mercê frustrou, sem algum efeito, recolhendo-se à sua casa, (...). As ferramentas todas e tudo o mais que trouxe entregue a meu sobrinho, e de tudo que ele receber lhe passe um recibo”¹¹².

Solicitou que Serra lhe remetesse os soldados mais bem inteirados dos seus atos para serem interrogados e que iria esperar a decisão do Governador sobre as denúncias que fizera contra Serra.

Veja-se, pois, que a advertência escrita a Serra abrangia apenas o fato de não ter feito pesquisa mineral nas vertentes do Andaiá, de dúbia localização como já se viu.

112 In Códice 18.2.6 da FBN.

Antes, na tarde de 10 de outubro de 1769, chegara o Tenente José da Serra Caldeira¹¹³ xingando publicamente o Pamplona, porque este o houvera desmoralizado através de uma carta, além de ter dado suas terras (no Piumhí) a um tal João Pereira. O Mestre-de-Campo mandou escrever no Diário que lembrou Serra de sua desídia e tibieza na missão que lhe dera. Assim, escreveu que manteve parte da doação das terras de Serra ao tal João Pereira da Rocha, dividindo-as com o Tenente Serra (Tenente José da Serra Caldeira)¹¹⁴. Para concluir, determinou aos louvados que demarcassem para ambos as cartas de sesmaria extrajudiciais¹¹⁵.

Porém, o que Pamplona relatou a Valadares foi bem diferente, onde, a um só tempo, procurou engrandecer a José Cardoso e desmoralizar o Tenente Serra, de quem usurpara grande parte das terras que ocupava desde 1754, isto, conforme evidências encontradas também pelo fato de Serra ser ligado a Pitangui e, ao mesmo tempo, a São Pedro de Alcântara do Jacuí, território sob a proteção de Bartolomeu Bueno do Prado. Vejamos alguns trechos das denúncias feitas por Pamplona ao Conde Valadares em 10 de outubro de 1769.

“Estando eu concluindo os serviços em que na ponte me achava entretido, me chegou o Tenente José da Serra Caldeira, comandante de uma das bandeiras, a notícia da sua chegada e do mais que passou-se no decurso da jornada, alterei-me um pouco na expectativa de que tinha sido pusilânime na execução das ordens e instruções que lhes distribuí e assim lhes respondi com a carta inclusa com a resolução de certificar-me dos efeitos da sua diligência neste termos, concluída a obra da ponte, me pus em marcha para a obra da igreja, onde me achava (...). No outro dia chegou o dito Cardoso ao lugar em que me achava e me manifestou com mais miudeza os excessos que tinham obrado e

113 Era sesmeiro antigo de Piumhí. Foi em sua casa, no Piumhí, que a Câmara de São José tomou posse de toda a região em 1754.

114 *Revista ABN*, 1988, pp. 65-66.

115 Foi o próprio Pamplona quem nomeou louvados e mandou demarcar grande parte das terras do Tenente José da Serra para João Pereira da Rocha e seus sócios João Gonçalves Rebelo e Gonçalo Rebelo – In anexo da carta de 08.09.1769 de Pamplona ao Conde Valadares – Códice 16.2.6 da FBN.

feito a mais do que podia, não cessando de afirmar que o sertão tinha mostra de ser bom, e capacidade de boas fazendas e ainda boas formações de ouro, porém, contudo, que tinham dado graças a Deus muitas vezes, por se verem livres dos sustos e receios que tiveram de não sair cá fora nenhum com vida, porque até certa altura é muita negraria e que tudo são quilombos e, de certa altura por diante, tudo são gentios, que suposto se não encontraram com eles, tinham topado os seus vestígios, potes, panelas. E que por esta razão senão dilatavam, em penetrarem no dito sertão maior distância, porque chamando a conselho todos assentaram em que voltassem porque o inimigo era muito excessivo e forte e as bandeiras divididas e já cansadas não tinham suficientes forças para se defenderem quanto mais para os ofender e desbaratar a eles; crescendo mais, que o tempo era já de águas e como tal incompetente para cometer semelhantes empresas, ainda quando se achassem com número idôneo para o poder fazer, porque a gente molhada, (...) inclemência dos tempos, passagens de rios caudalosos e algumas pessoas que já vinham doentes, que tudo eram perigos de vida e que entrar nas batalhas com tão repetidos receios, era o levar já a vitória perdida; e que temeridade só se cometiam em ocasião de grande aperto, por meio das quais possam respirar algum evidente perigo, as pessoas que as cometem; e que por este ano me contentasse eu com os serviços que tinham feito”.

Descreve na sequência que José Cardoso lhe teria dito que as duas bandeiras tinham conseguido muito mais que as bandeiras anteriores que mesmo como quatrocentas e quinhentas armas, nada tinham conseguido e que, eles, pelo menos tinham matado dois negros e trazido preso outros dois, além de lhes terem tomado os trastes e armas, queimaram-lhes os mantimentos e os puseram em fuga, diferentemente das bandeiras antecedentes que, receosas, primeiro tocavam as caixas para os negros fugirem para somente depois atacarem os quilombos¹¹⁶. Que as comarcas tinham contribuído com soldados, armas e dinheiro, em vão, pois

116 Como se vê, para botar em dúvida o sucesso super documentado da bandeira de Bartolomeu Bueno do Prado, Pamplona coloca essa dúvida na boca de terceiros, pois, como é evidente, tinha medo de fazê-lo pessoalmente.

os negros não foram destruídos e continuavam a infestar a região, com todos os seus quilombos habitados.

Pamplona disse acreditar que Cardoso lhe falava a verdade e que seu relato não o desagradava¹¹⁷. Disse que pediu confirmação de tudo a Simão Rodrigues e João Vieira de Faria que tinha enviado secretamente por confidentes das duas bandeiras¹¹⁸, os quais confirmaram tudo e também que “*o Tenente Serra lhes tinha dito que eu queria entrar agora para o sertão, porém que em nenhum caso tal fizesse pelo perigo a que me expunha e a toda gente que me acompanhava, tanto de negros como de doenças, rios que agora em tempo de águas, não podiam vadiar-se, e que para a seguinte seca me preparasse mais cedo e, com poder suficiente e que então estavam todos prontos a acompanhar-me com muito boa vontade*”.

Na sequência Pamplona aproveita para arrotar valentia, dizendo que “*refletindo eu nesta boa advertência, fiquei indiferente do parecer que sobre esta matéria se queria sem nada resolver-lhes*” e voltou a cuidar da madeira para a construção da capela. Depois disto, encontrou os novos entrantes em polvorosa, pois, os boatos temerosos de Cardoso e Serra os havia contaminado, ficando “*todos timoratos e amedrontados de ouvirem referir a estes exploradores no sertão que este estava cheio por um e outro lado de gentios*”, sem mencionar quilombolas.

A partir daí, Pamplona não se acanha mesmo. Descreve a Valadares o discurso com que encheu a todos de coragem, destemor e amor à empresa, enfatizado ao Governador que, “*eu bem conheço, senhor, que o tempo é impróprio, porém avançarei o que puder, só a fim de os animar e plantar-lhes uma roça grande; se Deus assim o permitir, que eu ganhe este terreno de*

117 Veja-se que Pamplona não admoestou Cardoso por não ter feito experiências minerais nas vertentes do Indaiá, incluídas expressamente no roteiro do mesmo. Evidente, pois, que sua intenção sempre fora a de criar fatos artificiais para desmoralizar Serra.

118 Caso Simão e João Vieira tenham sido enviados “secretamente”, evidente que as instruções escritas que disse ter dado a Cardoso e a Serra, também devem ter sido secretas, pois estas os relacionaram como cabos, subordinados aos comandantes das bandeiras. Aliás, ambos os documentos não trazem assinaturas de seus comandantes.

mais de vinte e quatro léguas que no ano vindouro, dali me fará forte para avançar maior terreno”, deixando claro que seu objetivo sempre foi o de abocanhar aquela região que pertencia, sem dúvida, à Capitania de Goiás¹¹⁹.

Sobre esses mesmos fatos das expedições, Pamplona fez escrever no Diário que, em 3 de outubro de 1769, enquanto iniciava a construção da ponte, chegou ao acampamento, Simão Rodrigues, trazendo uma carta do Tenente José da Serra, informando que a sua expedição dera em nada. Pamplona manda consignar que ficara indignado e que passara uma descompostura em Simão, servindo para Serra. O escriba informa que Serra, que permanecera na Estância São Simão, ficara mais indignado ainda e, por isso, passara a falar mal de Pamplona abertamente, mas que, como se verá, acabaria dominado de novo pelo grande Pamplona, vendendo assim a ideia de que o Mestre-de-Campo não tinha medo, pois era mais destemido do que qualquer tapejara ou paulista.

Ainda em 9 de outubro de 1769, Pamplona manda registrar que recebeu José Cardoso e José Vieira de Faria, capitães da bandeira que mandara atacar também o Quilombo da Samambaia. Consignou não ter gostado das notícias, ridicularizou os poucos feitos de seus subordinados e os convocou a voltarem com ele aos locais, numa nova expedição¹²⁰. A evidência é a de que Pamplona se fez anteceder por esses capitães-do-mato porque, na verdade, não queria e/ou tinha medo de encontrar quilombolas.

Os ataques a esses quilombos teriam sido até bem sucedidos. Renderam apenas dois ou três prisioneiros porque tais quilombos eram pequenos e estavam praticamente vazios¹²¹. A convocação desmoralizante aos capitães-do-mato, para que voltassem com Pamplona aos tais quilombos, quis apenas fomentar a falsa imagem de um Pamplona valente e enérgico que, como se verá, pretendeu, isso sim, transportar esses mesmos fatos para dentro da narrativa de sua futura invasão ao Triângulo

119 Carta de Pamplona a Valadares, datada de 10.10.1769 – in Códice 18.2.6 da FBN.

120 *Revista ABN*, 1988, pp. 61 e 64-65.

121 Evidente, pois, mais um exagero de Hildebrando Pontes quando, na p. 60 de seu livro já citado, ressalta que “reunidas, estas bandeiras destruíram o grande Quilombo da Samambaia”.

Goiano, criando a ilusão de que Pamplona teria mesmo atacado esses quilombos.

No entanto, como se viu, segundo as instruções escritas supostamente dadas por Pamplona ao comandantes José Cardoso e José da Serra o principal objetivo de ambos era fazer exames minerais para descobrir ouro dentro do então Triângulo Goiano. Embates com índios e quilombos, só se as bandeiras fossem atacadas e em estrita medida de defesa. Assim, também o conjunto de correspondências encartadas no códice do Conde de Valadares, anteriores à expedição de Pamplona ao Triângulo Goiano, difere em muita coisa daquilo que, posteriormente, foi escrito no Diário e Roteiro da expedição encartados na sequência da mesma pasta¹²².

A invasão do Triângulo Goiano - objetivos de Valadares

A preparação final para a viagem ao Triângulo Goiano só ocorreria em 12 de outubro de 1769. Em 13 de outubro, a comitiva, composta de 42 cavaleiros, 54 pessoas a pé, 42 bestas de carga e 2 cavalos a destra, deixou a Estância São Simão no rumo da serra da Marcela¹²³, andou 5 léguas e acampou num capão a que deram o nome de Cabeceiras de Santo Estevão¹²⁴.

Façamos uma aferição ao número de pessoas que teriam participado da Expedição: 42 pessoas a cavalo + 54 pessoas a pé = 96 pessoas¹²⁵. Trata-se de informação que Pamplona mandou escrever em um relatório pedido pelo Conde Valadares, no qual jamais informaria um contingente menor do que o real. No entanto, no Quesito nº 11 de seu PJICP de 1803, Pamplona

122 Códice 18.2.6 da FBN – pasta de correspondências do Conde Valadares.

123 Roteiro da velha picada feita por Urbano do Couto, *Anais da Biblioteca Nacional*, 108 – p. 97.

124 *Revista ABN*, 1988, pp. 67 e 100.

125 As tropas de Serra e Cardoso somavam um contingente de 68 soldados e 8 cabos, num total de 76 pessoas, excetuando-se nomes errados, nenhuma constou da lista de candidatos a sesmeiros, sendo, provavelmente todos pretos. A ambiguidade dos textos de Pamplona não define se Serra e seu contingente voltou ou não com a sua expedição.

afirmou que fora “acompanhado de 400 homens” nesta Expedição. Mentiu muito, tanto que em seu testamento de 1810¹²⁶, talvez por se ver perto da morte, “reduziu” esse contingente para “somente” 100 pessoas¹²⁷. É provável que tenha sido por esta e por dezenas de outras mentiras que Pamplona não quis juntar esse documento de 1769 ao seu PJICP, mesmo sendo, este documento, o mais importante de seus “40 anos de regência”.

De 13 a 15 de outubro de 1769, Pamplona e sua comitiva ultrapassam a serra da Marcela¹²⁸ e iniciam a invasão ao então Triângulo Goiano, atravessando os rios Santa Teresa e Misericórdia, nomes que disse terem sido dados por ele durante a expedição.

Esses rios, na verdade, haviam sido dados a manifesto ao Governador de Goiás, por Pedro Franco Quaresma, no ano de 1752, ou seja, dezessete anos antes, com os nomes de “*São Pedro e Comprido, que ficam entre o rio Paranaíba e rio das Velhas, caminho de São Paulo para estas Minas (de Goiás), e assim mais de um braço do mesmo rio das Velhas com todos os seus tabuleiros e mais uma itaipaba do rio Grande, também caminho de São Paulo*”¹²⁹. Pamplona sabia disso, tanto que pediu ao Conde de Valadares para coagir esse descobridor, como se depreende da resposta-apoio que lhe deu este Governador em 11 de junho de 1771, confirmando que Pamplona “*deve ordenar a Pedro Franco Quaresma que entre logo a explorar os tais ribeirões de que tem notícia*”¹³⁰. Não há notícias de que Pamplona tenha conseguido coagir esse descobridor¹³¹.

126 Arquivo Judiciário de São João Del Rei – administrado pelo IPHAN.

127 Onde será que Laura de Mello e Souza teria obtido a informação de “*duzentos e tantos homens*”? Vide seu *Norma e Conflito*, p. 124.

128 Roteiro da velha picada feita por Urbano do Couto, *Anais da Biblioteca Nacional*, 108 – p. 97.

129 AHU-ACL-N- Goiás, documento nº 2586, p. 8.

130 PJICP, fl. 158.

131 Esta mesma pessoa, em 1755, deu a manifesto à então Comarca de Jundiá o descoberto do rio Jacuí e afluentes, nos Sertões do Jacuí. Em 1771, Pedro Franco estava morando com sua família em Jacuí, como nos informou a colega pesquisadora de Jacuí-MG, Prof^a. Renata Aparecida Silva. Os Sertões do Jacuí estavam “sob a proteção” de Bartolomeu Bueno do Prado que, no entanto, falecera em janeiro de 1768.

Invadida a Capitania de Goiás, o primeiro ato que Pamplona mandou registrar no relatório a Valadares foi o de consignar e demarcar, entre os rios Santa Teresa e Misericórdia, uma fazenda para a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica¹³². Trata-se de entidade criada por Gomes Freire, seu primeiro provedor e dotador de rendas em 16 de abril de 1738, confirmada em 1740. Pamplona e Valadares não tinham competência administrativa ou jurídica para demarcar uma fazenda dentro da Capitania de Goiás. Foi tudo simulação. Tanto que em 1780 a Casa de Misericórdia de Vila Rica estava “*no estado mais miserável*”. Nada há sobre esta ou qualquer outra “fazenda” que lhe teria sido consignada por Pamplona¹³³.

O Quilombo do Ambrósio de Pamplona – a geografia do local que apontou contesta o croqui que juntou.

Os registros seguintes do Roteiro, a partir de 16 de outubro de 1769, passam a se referir ao Quilombo do Ambrósio. Informam que “*depois de passarmos o dito rio (Misericórdia), fomos costeando o tal morro (que viram antes de atravessar o Misericórdia), ficando este à parte direita; e encaminhando o nosso rumo ao de oeste, vimos a norte outro morro de campo que ao depois julgamos ser a gurita ou lugar de sentinela do Quilombo do Ambrósio*”; (inserções nossas).

As expressões morro da Espia, da Guarita ou lugar da sentinela, referem-se à mesma coisa. Porém, a descrição acima deixa dúvida em relação à atual cartografia. Nesta, o morro da Espia é visto a sudeste do local da ferradura de Pamplona¹³⁴. Mas, segundo o texto acima, “*outro morro de campo que ao depois julgamos ser a gurita ou lugar de sentinela do Quilombo do*

132 Fato definido em lista de 04.11.1769 enviada por Pamplona em carta de 16.11.1769 a Valadares – Códice 16.2.6 da FBN.

133 Vide J.J. da Rocha, Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais – 1780, Gov. MG, 1995, p. 103.

134 In <http://www.mgquilombo.com.br/site/Imagens-Quilombolas/ambrosio-ii-mapa-roteiro-x-croqui-de-pamplona/generico4-170.html>

Ambrósio”, depois que tomaram o rumo oeste, “*vimos a norte*”, registra o Roteiro¹³⁵.

Frase que merece ser aferida, estudada e interpretada: “*fomos ter à paragem em que tinha sido tal quilombo não¹³⁶ afamado nestas minas como prejudicial aos moradores delas, por cuja circunstância e pela ideia com que aquele maligno negro, dele fez o presente mapa, digo o presente mapa, (...)”¹³⁷; (grifos nossos). Os Escrivão de Pamplona afirmou por escrito ter feito todos os croquis ou plantas dos demais quilombos. No caso da planta do Quilombo do Ambrósio, quem teria sido o “*maligno negro*” que “*fez o presente mapa*”? Os grafismos das legendas de todos os croquis parece se filiarem a um mesmo punho.*

Gomes Freire, em correspondência ao Ultramar, datada de 16 de dezembro de 1759, informou implicitamente que esse quilombo ficava “*já na Capitania de Goiás*”¹³⁸. Portanto, as expressões “*nestas minas*” e “*aos moradores delas*” contidas no texto de Pamplona podem ser mais um indício de que esta frase pode ter sido escrita, originalmente, para se referir à quipaca, ou seja, à “*fortificação composta de trincheiras, fossos e estacadas*¹³⁹”, do Ambrósio I das atuais Formiga-MG e Cristais-MG. Acrescente-se a isso o fato de que, em 1769, Pamplona não deu notícias de moradores não-quilombolas e nem de minas de ouro naquele local da Capitania de Goiás, tanto que fez e mandou fazer ali, por ordem de Valadares, inúmeras pesquisas minerais, ignorando completamente a existência do Arraial do Rio das Velhas e do manifesto que fizera Pedro Franco Quaresma ao Governo Goiano, em 1752.

A mesma citada correspondência de Gomes Freire de 1759, referindo-se implicitamente aos quilombos Bambuí, Indaiá-Marcela e Pernaíba (Paranaíba), informa que eles eram “*todos subordinados a um maior, donde residia a negra corte e o*

135 In Revista ANB, v. 108, p. 101.

136 A palavra NÃO nos foi confirmada via e-mail por pesquisador da FBN. Confirmamos pessoalmente esse dado em 27.06.2011.

137 Revista ABN, 1988, p. 101.

138 In AHU-ACL-N- Rio de Janeiro – documento AHU 82129 de 16.12.1759.

139 *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, pp. 287 e 301.

chamado Rei a que os mais obedeciam”. Informou ainda que “o *chamado Rei*” fora contado entre os mortos de 1759. Nesse sentido, o maior dos balões do mapa do Capitão Antônio Francisco França, em lugar de Quilombo Grande, trouxe sua tradução para “*Quilombo do Ambrósio – Despovoado*”¹⁴⁰.

Realmente, se o Rei desse Quilombo Grande foi morto em 1759 pelas tropas de Bartolomeu Bueno do Prado, como é que seu quilombo não teria fama de ser prejudicial aos moradores “destas” minas? Quais minas? Minas de Goiás ou Minas Gerais?

A localização da vala em forma de ferradura que conteria o Quilombo do Ambrósio de Pamplona, supostamente apontada sob o número 74 de seu mapa-roteiro, poderia conferir, sim, com a indicação de Álvaro da Silveira, com a geografia e toponímia atuais e também com o local indicado pelo IPHAN e tombado através da equivocada portaria nº 11, de 15 de janeiro de 2002, do inculco¹⁴¹ Ministro da Cultura, Francisco Weffort. Mas, o croqui do quilombo, como se verá, nada tem a ver com a ferradura.

Portanto, não há problema quanto ao local apontado por Pamplona no seu mapa-roteiro. Os problemas estão no desenho do croqui do quilombo por ele apresentado. Esse croqui traz uma bússola apontando a norte¹⁴² o tal “*morro redondo que servia de gurita*”, que é o mesmo que morro da Vigia ou morro da Espia, e que ficaria, portanto, a nordeste do Quadrilátero do Ambrósio. Ocorre que a toponímia da geografia atual aponta esse morro a sudeste do Quilombo¹⁴³, o que, aliás, faz todo o sentido, pois naquele local e pelo seu contexto histórico, era mais eficaz montar-se defesa contra um possível ataque que viria mais provavelmente das Minas Gerais do que da Capitania de Goiás. Assim, além de deslocar o morro da Espia para o Nordeste do Quilombo, o croqui de Pamplona tem muitas outras incongruências, as quais discutiremos a seguir.

140 confira in <http://www.mgquilombo.com.br/site/Imagens-Quilombolas/mapa-do-capitao-antnio-fransco-franca-1760.html>

141 Pois não há nexu ou conexão da documentação quilombola do ano de 1746 com os ataques ao Quilombo do Ambrósio de Ibiá, uma vez que tais documentos indicam que as guerras de 1746 ocorreram em regiões das atuais Formiga-MG e Cristais-MG.

142 A ponta em flor-de-lis da rosa-dos-ventos da bússola indica o Norte.

143 In <http://www.mgquilombo.com.br/site/Imagens-Quilombolas/ambrosio-ii-mapa-roteiro-x-croqui-de-pamplona.html>

O mapa do Capitão França aponta os balões dos quilombos do Bambuí e do Indaiá com 150 e 200 casas, respectivamente¹⁴⁴. O balão do “*Quilombo do Ambrósio – despovoado*”, no mesmo mapa de França, apesar de não apresentar número de casas, tem o dobro do tamanho desses dois, proporcionalidade que permite a dedução de que, apesar de não trazer esse dado, teria pelo menos 400 casas. Neste raciocínio, o sítio de sua localização teria que ser muito maior, abrangendo talvez todo o interior da forquilha formada pelo ribeirão do Quilombo e córrego do Quilombo do Ambrósio¹⁴⁵.

Pamplona, no entanto, apontou apenas 33 casas, sem qualquer diferenciação entre elas, em seu croqui. Como se verá, nem mesmo essas 33 casas caberiam dentro da diminuta ferradura.

Estranho também é Pamplona não ter atribuído a ninguém, nem mesmo aos “Buenos”, a destruição do Quilombo do Ambrósio, ao qual atribuiu o número “43” no seu “*Mapa da Conquista*”, de 1784¹⁴⁶. Porém, passou a vida toda plantando premissas insinuativas de que este seria o Quilombo do Ambrósio atacado em 1746, tanto que, afora o Doutor Leopoldo Corrêa e este pesquisador, todos os demais historiadores¹⁴⁷ que abordaram o tema foram levados a erro pelas insinuações plantadas por Inácio Correia Pamplona, inclusive através da Câmara de Tamanduá.

144 O neto de Bartolomeu Bueno do Prado e suas testemunhas afirmaram, em seu processo de justificação, que “*que só neste (Bambuí) havia cento e noventa e sete casas, todas barreadas e de beiras altas*” – in Verbete nº 11295 do IMAR-MG, Cx. 155, Doc. 7, *AHU*, 09.12.1800, rolo 140, p. 108-b.

145 Confira em <http://www.mgquilombo.com.br/site/Imagens-Quilombolas/mapa-do-capitao-antnio-fransco-franca-1760.html>

146 In *Cartografia das Minas Gerais – Da Capitania à Província*. Neste mapa, Pamplona atribuiu aos “*Boinos*”, ou seja, aos “*Buenos*”, a destruição somente dos quilombos da Pernaíba (rio dos Dourados), Bambuí (rio Bambuí) e morro do Urubu, Barra do Perdição no Bambuí. Atribuiu a si mesmo, como “*quilombo destruído pelo Mestre-de-Campo Regente*”, a destruição de sete outros quilombos em toda sua “*regência*”, o que, como se viu e se verá, é falso.

147 Destacando-se, porém, Hildebrando Pontes que, em 1930, “*jogou para dentro do Triângulo*” todas as lutas quilombolas, desde 1741, incluindo a de 1746, provavelmente a partir da Carta da Câmara de Tamanduá – 1793 – à Rainha, pois nem mesmo Pamplona ousou fazer jamais tais afirmações absurdas. Vide *História de Uberaba*, pp. “*V*” e 46/47.

Confrontando o citado PJICP com a informação de 16 de outubro de 1769 introduzida no relatório a Valadares, de que foram até o Quilombo do Ambrósio e admiraram “*os arruinados edificios e multiplicados fojos, todos crivados de estrepes de que era composto o mesmo quilombo*”¹⁴⁸, nota-se que esta foi implicitamente confirmada em depoimento prestado em 1803 pelo sequaz de Pamplona, Vigário de São João Del Rei, Antônio Caetano Vilas Boas, atestando, no entanto, que fora Bartolomeu Bueno “Rodrigues” do Prado que, “*matando e prendendo um grande número daqueles que atrevidamente o esperaram e resistiram em arranchamentos fortificados e fossos estacados que lhes foram demolidos*”, o qual, conforme complementou Pamplona no quesito nº 02 do mesmo PJICP, realizara esse feito, não no ano de 1759, mas que teria “*tudo acontecido em ano de 1756*”, desmentindo, assim, em 1803, com uma outra mentira, a sua mentira de 1769.

Ora, vários documentos atestam que Bartolomeu Bueno do Prado, em 1759, encontrara esse Quilombo do Ambrósio despovoado ou despejado, restando claro, pelo contexto das narrativas, que o Rei do Quilombo do Ambrósio teria morrido, porém, na Batalha do Quilombo da “*Pernaíba*”¹⁴⁹. Atestam ainda os documentos que, vendo o quilombo despejado, mas com os paióis cheios, Prado deixou guardas que acabaram prendendo apenas um negro que voltara para pegar mantimentos. Portanto, não há notícias de que tenha havido qualquer batalha naquele local, bem como nada existe na correspondência de Bueno, do ano de 1759, seja sobre “*multiplicados fojos, todos crivados de estrepes*”, seja sobre o fato de que ele tenha matado ou prendido quilombolas que “*atrevidamente o esperaram e resistiram em arranchamentos fortificados e fossos estacados que lhes foram demolidos*” nesse Segundo Quilombo do Ambrósio. Repita-se que Bueno deixara guarda no paiol do quilombo vazio e prendera

148 Com a expressão “*multiplicados fojos*” Pamplona quis se referir às dezenas de “palitinhos” que cercam o quadrilátero do croqui que seriam enormes e compridos buracos retangulares, estes sim, múltiplos fojos “*todos crivados de estrepes*”.

149 Ou em qualquer outro quilombo que não seja o Grande (Ambrósio II) que foi encontrado despovoado ou evacuado.

apenas um preto que voltara para pegar mantimentos, sem qualquer luta ou batalha.

Como já dissemos, o local da ferradura está pelo menos próximo do apontado no mapa-roteiro de Pamplona; confere com o acuse de Álvaro da Silveira, com a toponímia atual e também com a indicação do equivocadamente tombamento IPHAN de 2002. No entanto, tendo forma quadrangular, o croqui de Pamplona nega o formato de ferradura do local apontado. Traduz, sim, em desenhos, uma possível descrição dos obstáculos encontrados nas batalhas de 1746¹⁵⁰, que ocorreram, porém, em territórios das atuais Formiga-MG e Cristais-MG. Por outro lado, a história documentada do ataque de 1759 ao Ambrósio de Ibiá nega o croqui em sua forma e nega também as novas notícias dadas por Inácio Correia Pamplona e seu amigo Vigário, pois não houve batalha no Ambrósio de Ibiá, bem como nada registrou sobre palanque ou trincheiras, conforme carta-relato do próprio Bartolomeu Bueno do Prado ao Governador José Antônio Freire de Andrada¹⁵¹:

“... procurando a parte donde o guia nos noticiava, donde chegamos no dito Quilombo (Quilombo Grande) à noite do primeiro dia de setembro (de 1759) e, mandando espiar, se achou despejado (...) deixei duas companhias, uma, no Quilombo despejado e, outra, no que foi abalroado (Quilombo da “Pernaíba”), (para) destruir quanto mantimento havia, pondo tudo por terra¹⁵²”; (inserções nossas).

O croqui do Quilombo do Ambrósio supostamente desenhado pelo Escrivão de Pamplona¹⁵³ o apresenta como uma fortificação quadrangular, com duas de suas cercas protegidas por duas equidistantes valas em “v” perpendicular. Em contrapartida,

150 APM SC 84 , fls. 109v de 01.06.1746, SC 45, fls. 64v a 65 de 08.08.1746 e SC 45, fl. 69 e v. de 06.20.2746.

151 Vide relato de Bartolomeu em BMBCA-CSJR-PAP 144, fls. 68v-69, de 13.09.1759.

152 Correspondência do Governador ao Capitão Bartolomeu Bueno do Prado em 10 de setembro de 1759 refere-se a Quilombo “... Grande que Vossa Mercê achou despovoado”, e não despejado – in APM-SC 123 p. 103.

153 Mas que pode ter sido feito, não por ele, mas pelo “*maligno negro*” citado no texto do Roteiro, p. 101 da Revista ABN, vol. 108, de 1988.

existiria uma tradição local referindo-se a um “Círculo do Ambrósio”, o que confere com a imagem facilmente aferível no *Google Earth*, de um semi-círculo, semelhante a uma ferradura. Poderia o tempo, num terreno quase plano e de terra firme, transformar a figura “quadrada” do croqui de Pamplona no círculo ou ferradura que se vê no local apontado? Como é que uma vala de 3,30 metros de largura, com o tempo teria ficado, apesar de mais rasa, mais estreita¹⁵⁴? E as dezenas e dezenas de “*multiplicados fojos*”, enormes buracos retangulares esparramados em volta da fortificação e em volta da vala? Sumiram todos eles sem deixar qualquer vestígio? Só as valas em forma semi-retangular teriam deixado o vestígio ... de uma ferradura?

Acresça-se ainda que, comparando-se o croqui do Quilombo do Ambrósio com os croquis de outros quilombos também juntados por Pamplona ao relatório destinado ao Conde de Valadares, é de se notar que o desenhista mostrou a “*Casa do Rei*” no croqui do *Quilombo de um dos braços da Perdição*. Mostrou a *Casa do Concelho* no do *Rio Perdição*¹⁵⁵ e *Casa de Audiência com assentos* no *Samambaia*. Em vários deles mostrou outras casas especializadas, também de formas e tamanhos diferentes, a exemplo de casas de teares, de curtumes, de forjas e de ferreiros. Em torno dos quilombos, apontou ainda algodoal, mandiocal, hortas e roças.

No entanto, no croqui do Quilombo do Ambrósio só apontou as 33 casas iguais, em duas fileiras dentro do quadrilátero, protegidas pelas 3 guritas incrustadas nas cercas, além dos dispositivos externos de defesa. Não consta casa do Rei, nem do Concelho (sic) do Quilombo e nem quaisquer outras de utilidade para a vida quilombola. Ora nesse quilombo, o maior de todos segundo se depreende de um documento de Gomes Freire e do mapa do Capitão França, moravam o Rei e o seu Conselho (sic), ao qual, todos os demais quilombos obedeciam.

154 Atual largura de “1,5 a 2,0 metros de largura”, segundo Carlos Magno Guimarães e Lana.

155 Esses croquis podem ter sido obtidos na expedição de 1766, pois os relatórios e roteiros da Expedição de 1769 não mencionam esses dois quilombos.

Como se vê, esse croqui de Pamplona retrataria apenas uma quipaca, ou seja, era só uma “*fortificação composta de trincheiras, fossos e estacadas*”¹⁵⁶ principalmente para se antepor no caminho, em proteção ao Rei e à sua corte. Tal fortificação ou palanque de guerra, porém, só é mencionada nos documentos das batalhas de 1746, ocorridas em território das atuais Cristais-MG e Formiga-MG¹⁵⁷. É de se anotar e perquirir que as observações e comentários sobre a passagem da tropa de Pamplona por esses locais no ano de 1769 foram sonegados no relatório ao Conde de Valadares, sob a declaração de que “*no copiar do borrador para este limpo se passaram duas marchas por equivocação; uma a Manoel Dutra e outra a Antônio José o Torto, nas quais não houve circunstância essencial que haja de referir-se*”¹⁵⁸. É muita coincidência.

Pode-se interpretar pelo tamanho do balão “*Quilombo do Ambrósio – Despovoado*” do mapa do Capitão Antônio Francisco França que a Capital Ambrosiana de 1759 teria no mínimo umas quatrocentas casas. Pamplona, no entanto, apresentou em seu relatório ao Conde de Valadares de 1769 um croqui que disse retratar o Ambrósio da atual Ibiá-MG com apenas 33 casas, muito mais compatível com o Palanque atacado em 1746 na região das atuais Formiga-MG e Cristais-MG, ou seja, “*um pequeno quilombo de cento e tantos negros*” como informou Gomes Freire de Andrada ao Rei em carta de 06 de outubro de 1746¹⁵⁹. Realmente. Dentro da ferradura insinuada pelo mapa-roteiro de Pamplona não caberiam jamais as cerca de 400 casas que teria o Quilombo do Ambrósio despejado.

Rememorando:

156 *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, pp. 280 e 287.

157 No entanto, historiadores supostamente apenas incautos, a exemplo de Hildebrando Pontes, Waldemar de Almeida Barbosa e dezenas de outros afirmaram e, seus seguidores-copiadores de hoje, a exemplo de Carlos Magno Guimarães, Clóvis de Moura e Laura de Mello e Souza, entre centenas de outros mestres e doutores, continuam a afirmar até hoje – muitos, por mera teimosia ou falta de profissionalismo - que o ataque de 1746 feito pelo Capitão Antônio João de Oliveira ocorrera na região de Ibiá.

158 *Revista ABN*, 1988, p. 58.

159 APM-SC 45, (068) fl. 64v. a 65.

As fontes primárias provam que batalha de 1746 NÃO ocorreu no palco da atual Ibiá-MG e sim no cenário das atuais Formiga-MG e Cristais-MG¹⁶⁰.

As fontes primárias provam que o confronto de 1759, este sim, ocorrido no palco de Ibiá-MG, não teve combates pois encontrou esse Segundo Quilombo do Ambrósio despovoado¹⁶¹.

Acertados os rumos do croqui do Quilombo do Ambrósio de Pamplona, este aponta o morro da Espia a nordeste, ao passo que o verdadeiro, confirmado pela atual geografia, ficaria a sudeste da ferradura¹⁶².

A quantidade de casas, presumida pelo tamanho do balão do *Quilombo do Ambrósio – Despovoado* do mapa do Capitão Antônio Francisco França, seria de 400 casas; o croqui de Pamplona apresentou apenas 33 casas.

Portanto, o croqui do Quilombo do Ambrósio apresentando pelo Pamplona em seu relatório de 1769 nega os rumos da sua própria geografia.

Como se vê do croqui de Pamplona, o seu Quilombo do Ambrósio tem trincheiras e fossos externos e, o palanque, que seria a fortificação cercada e protegida por guaritas, se localiza internamente ao conjuntos de fossos e valas.

Quanto àquele atacado em 1746, Gomes Freire informou em carta ao rei, datada de 6 de outubro de 1746, que primeiro os quilombolas “*se defenderam no palanque com resolução grande, mais de vinte e quatro horas*”. Ou seja, o palanque é externo, pois foi o primeiro obstáculo a ser enfrentado pela tropa do capitão Oliveira. Somente depois de vencido o Palanque é que foi dado “*um terceiro assalto, para render uma forma de trincheira a que se recolheram depois de destruído o primeiro palanque*”¹⁶³.

Portanto, é também com base nesses numerosos indícios e estranhas coincidências que aventamos a hipótese de esse croqui do Quilombo do Ambrósio trazer desenhado, em sua real origem, alguma coisa parecida com verdadeiro Palanque descrito nas

160 In <http://www.mgquilombo.com.br/site/Artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/primeiro-quilombo-do-ambrosio.html>

161 Confira in <http://www.mgquilombo.com.br/site/Imagens-Quilombolas/mapa-do-capitao-antnio-fransco-franca-1760.html>

162 Confira in <http://www.mgquilombo.com.br/site/Imagens-Quilombolas/ambrosio-ii-mapa-roteiro-x-croqui-de-pamplona.html>

163 APM SC 45, fls. 69 e v. de 06.10.1746.

correspondências de 1746¹⁶⁴, localizado possivelmente em território da atual Formiga-MG, nas nascentes do córrego Seco ou na margem esquerda do ribeirão do Quilombo, tendo a seu nordeste ou norte o ponto mais alto do morro das Balas e, ao sul, a fazenda do Quilombo¹⁶⁵, por onde passou também a expedição de Inácio Correia Pamplona em 26 de agosto de 1769.

Pamplona, grande Capitão-do-Mato e valente exterminador de quilombos – isso também é falso

A maioria dos historiadores, a partir dos equívocos e disparates de Hildebrando Pontes, entre outros mistificadores pró-reinóis e antinegros da História de Minas, também transformaram o Mestre-de-Campo num valente Capitão-do-Mato, no grande caçador de negros fugidos.

Para começo de abordagem, o cargo de mestre-de-campo equivalia a coronel das tropas pagas, muitíssimo superior ao cargo de capitão-do-mato, mas muitíssimo inferior, no que concerne ao poder sobre a vida e a morte, aos cargos de Capitão-Governador atribuído a Antônio João de Oliveira em 1746 e de Governador-Comandante, a Bartolomeu Bueno do Prado, em 1759. Pamplona invejava isto, tanto que em carta de 1781 ao Governador Dom Rodrigo José de Meneses, tentando recuperar sua jurisdição perdida no governo de Dom Antônio de Noronha, afirmou que “*o Exmo. Sr. Luís Diogo e o Exmo. Sr. Conde de Valadares foram servidos proverem-me no exercício de **Governador** de todo o âmbito da minha Regência*”, o que como se viu, não é verdade¹⁶⁶.

Além disso, como se constata neste estudo, Pamplona nunca atacou pessoalmente a quilombo nenhum. Mesmo aqueles que se pensa que teria mandado atacar eram todos muito pequenos ou

164 APM SC 84, fls. 109v de 01.06.1746, SC 45, fls. 64v a 65 de 0.08.1746 e SC 45, fl. 69 e v. de 06.20.2746.

165 Carta IBGE SF-23-V-B-III-3 Formiga-MG, de 1969, confirmada e ampliada pelos mapas dos municípios de Formiga e Arcos, de 1939, assinados pelo Engenheiro Benedito Quintino dos Santos, Chefe do Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais, e respectivos prefeitos desses municípios.

166 In CC_CX75 20023 Doc.03.

despovoados. Na Expedição de 1769, falou muito de quilombos, mas com certeza não atacou pessoalmente a nenhum deles.

A instruções escritas dadas por Valadares nunca foram para que Pamplona atacasse quilombos e sim para que invadisse o território, procurasse ouro e distribuísse mele falsas sesmarias para forçar seu povoamento por moradores das Minas Gerais.

O Escrivão da Expedição de 1769 registrou em 16 de outubro, com certeza a mando de Pamplona, que assim que acamparam perto do Quilombo do Ambrósio, os tapejaras, termo que inclui os capitães-do-mato, ficaram com muito medo de serem atacados por quilombolas e disseminaram esse temor que tomou conta de toda a comitiva, exceto do grande Pamplona¹⁶⁷. Este, demonstrando estupenda coragem, passou uma descompostura nos medrosos e, com tal destemor, restabeleceu a coragem de todos os demais¹⁶⁸. Evidente que esse registro serviu mais uma vez não só para tentar esconder que Pamplona fosse, talvez, um grande medroso, mas também para turbar a verdade anterior do próprio relatório de que os ataques a quilombos – se ocorreram – deram-se, havia pouco mais de um mês antes, quando Pamplona ainda estaria construindo a ponte e a estrada. Lembra?

Porém, como se viu pelas cartas que em teria repassado as instruções de Valadares a José da Serra Caldeira e José Cardoso da Silva, essas duas bandeiras que o antecederam não tiveram como objetivo atacar quilombos, tanto que repreendeu o Tenente José da Serra Caldeira apenas por não ter este procedido a exames minerais nas vertentes do Indaiá, onde na verdade, deveria tê-lo feito a bandeira de José Cardoso da Silva.

O Escrivão registrou que, depois de passarem pelo local do destruído Quilombo do Ambrósio, acharam o lugar do Quilombo

167 Antes disto, em 10 de outubro de 1769, quando ainda estava terminando a construção da ponte e o início da Capela, Pamplona escreveu da fazenda São Simão uma carta a Valadares falando desse mesmo medo de todos e se gabando de sua própria coragem. Aqui, como se vê, duplicou essa informação, porém, sem gentios. 18,2,6 Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos). Em 15 de novembro, escreveria outra carta sobre este mesmo fato a Valadares.

168 *Revista ABN*, 1988, p. 68.

da Samambaia¹⁶⁹, que tinha sido queimado por José Cardoso¹⁷⁰, isto anteriormente, durante o tempo em que, segundo os registros, Pamplona esteve construindo a ponte e a estrada. Foi aí que, vendo-lhe os vestígios, somados às informações de José Cardoso, o escrivão pôde fazer o croqui que juntou ao relatório¹⁷¹. Portanto, está provado que Pamplona nunca atacou pessoalmente este ou qualquer outro quilombo.

Em seus registros de 25 a 28 de outubro de 1769, o Escrivão informa que, após terem fundado o tal Arraial de Nossa Senhora da Conceição, a tropa retrocedeu a nordeste, na direção do rio Paranaíba e, então, descreve um verdadeiro suspense sobre um suposto grande quilombo com mais de 200 negros¹⁷². Pamplona manda buscar mais gente com a bagagem que haviam deixado no suposto arraial recém-criado por ele¹⁷³.

Nesta sequência, cita topônimos desconhecidos, tais como corgo de Santa Úrsula ou de São Simão¹⁷⁴, corgo Caité¹⁷⁵ e morro Escarvado¹⁷⁶, onde se aquartelaram, tudo isso para dizer que, dali, viram “*grandes fumaças (...) como se declarou no Diário*”¹⁷⁷. Somente em 26 de outubro chegou o restante da tropa requisitada,

169 Entre as atuais fazendas Samambaia, Angico e Santa Terezinha, margem esquerda do córrego da Samambaia, ao sul do atual povoado do Quilombo

170 Cujo roteiro determinado nas instruções que Pamplona teria repassado a José Cardoso, como já vimos, NÃO previa que chegasse até essa região.

171 *Revista ABN*, 1988, p. 101.

172 Depois disto, em 15.11.1769, já em São Simão, Pamplona escreve carta a Valadares contando esse fato e revelando seu aborrecimento com o medo demonstrado pelos tapejares e capitães-do-mato, na verdade repetindo novamente a situação semelhante que teria ocorrido antes de sua partida (que comunicou por carta anterior a Valadares), onde os medrosos, no entanto, teriam sido os “novos entrantes”.

173 *Revista ABN*, 1988, p. 71.

174 Este ribeirão poderia ser o Olhos-d’água, afluente esquerdo das nascentes do Paranaíba, as quais ficam na fazenda Olhos-d’água, margem esquerda do rio Abaeté.

175 A noroeste da fazenda Olhos-d’água, há o lugar com o nome de fazenda Caeté, nascentes do córrego do Caeté, que segue para o norte, passando pelas povoações de Facadas de Cima e Facadas de Baixo. Estes locais ficam a leste do município de rio Paranaíba.

176 Margem esquerda do suposto Onze Mil Virgens (atual rio São João) cujo ponto mais alto (nascentes dos córregos da Goiabeira e do Lambari) tem 1123 metros.

177 *Revista ABN*, 1988, p. 101.

uma comitiva chefiada por José Cardoso¹⁷⁸ composta de 42 homens¹⁷⁹ aos quais Pamplona mandou prover de armas e munição para, no dia seguinte, confirmar a presença dos negros. Em 27 de outubro, partiu a expedição, sem Pamplona, que preferiu ficar no local fazendo exames minerais. À noite do dia 28, a tropa voltou confirmando que as fumaças seriam mesmo de negros, mas que toda a perigosa diligência restara frustrada e baldada; outra tropa chegou carregada de alimentos¹⁸⁰. Como se vê, também não foi dessa vez que Pamplona se defrontou com um quilombo. Sua tropa também não.

Ao registrar a volta ao falso arraial de Pamplona, o Escrivão tratou do lugar do antigo Quilombo de São Gonçalo, que teria se mudado para outra região. Sobre esse primitivo lugar, o registro diz que “*o comandante de uma das bandeiras, o Tenente José da Serra Caldeira, de repente topou nele e amarrou um negro que ali estava e os mais fugiram para onde novamente estavam outros camaradas estabelecendo outro novo quilombo para brevemente se mudarem todos, e ali só estavam alguns que ocupavam em fazer farinha para os mais, as quais o mesmo comandante confiscou junto com vários trastes e panos de algodão feitos ricamente pelos mesmos negros*”. Sobre como se inteirou desses fatos, referindo-se a José da Serra¹⁸¹, escreveu que “*do qual por me dar tão fiel cópia fiz o presente mapa para admiração do muito que eles trabalham para si*”¹⁸². Continuando a narrativa, fala não só de uma epidemia no antigo quilombo, razão de terem se mudado os quilombolas, bem como da devoção dos negros por São Gonçalo, razão de terem mantido esse nome para o novo quilombo¹⁸³. Não fica claro se José da Serra teria feito um

178 José Cardoso não chegara agora, pois retornara com a comitiva de Pamplona, conforme determinação do próprio Mestre-de-Campo.

179 Em sua anterior entrada, José Cardoso tinha uma tropa de 32 soldados e 4 cabos, num total de 36 pessoas.

180 *Revista ABN*, 1988, pp. 71-72.

181 Que, portanto, não teria retornado com a expedição de Pamplona.

182 Nenhuma menção faz de que esses trastes tomados dos negros seriam armas e objetos que o negro preso teria roubado de uma viúva do Tamanduá, como mais tarde inventaria Pamplona.

183 São Gonçalo era um santo de devoção dos negros e pardos, tanto quanto São Benedito, Santa Efigênia, Santo Elesbão etc.

segundo assalto ao mesmo quilombo (afinal, ele foi proibido de voltar pelo Pamplona) ou se as referências são apenas lembranças, ao passar pelo local, do que este lhe havia narrado sobre aquele ataque que fizera, quando Pamplona ainda estava lá na região do Bambuí, construindo a ponte e a estrada. Uma coisa, porém é certa: Pamplona também não participou de qualquer embate contra esse Quilombo de São Gonçalo¹⁸⁴.

O escrivão registrou no Diário que a 30 de outubro, Pamplona, com 40 homens bem armados¹⁸⁵, marchou o dia todo para dar um cerco em um “*quilombo, chamado Corisco*”, ao qual chegaram por volta de 4 horas da tarde, mas que “*foi baldada esta diligência, porque os negros talvez tendo nos avistado por meio de suas espias, desertaram*”¹⁸⁶. Explicando melhor no Roteiro, esse mesmo episódio, informa que haviam seguido “*o rumo da dita Picada Velha*¹⁸⁷”, onde Pamplona deu a um corgo o nome de “*Santa Iria*¹⁸⁸”, chegando defronte ao “*Quilombo de Santos Fortes*¹⁸⁹ *distante pouco menos de uma légua, onde largamos a dita picada e fomos ao dito quilombo*¹⁹⁰ *para ver se achávamos alguns negros dos que tinham fugido do Quilombo da Samambaia*”¹⁹¹. Também aqui, o relatório a Valadares está narrando fato pretérito, ante a lembrança ao passarem pelo local, pois registra tratar-se de “*quilombo, cuja notícia soubemos por*

184 Revista ABN, 1988, pp. 101-102.

185 Como se vê, para um contingente de apenas “42 cavaleiros, 54 pessoas a pé” Pamplona faziam uma espécie de multiplicação de gente para dividir, redividir e recompor tantas tropas para isto, aquilo e aquilooutro.

186 Pamplona disse em carta a Valadares “pelas bocas de José Serra e José Cardoso” que seus antecessores (insinuando Bartolomeu Bueno do Prado) mandavam bater as caixas para que os quilombolas fugissem antes da sua chegada. Pelo visto, quem fazia isto era Pamplona - in Revista ABN, 1988, p. 72.

187 O mapa do roteiro mostra rumo oés-sul, depois derivando a norte.

188 Poderia ser o ribeirão do Cuba, que deságua no Quebra-Anzol.

189 Ver córrego que nasce com os nomes de Bananeira e Samambaia, corre rumo sul tendo à margem direita a serra das Macabras (altura de 1150-1152 mts), recebe afluentes dos dois lados, destacando-se o córrego do Quilombo; ao sul desta serra, recebe o nome de ribeirão da Cachoeira, depois, ribeirão Grande, nome com que deságua na margem direita do Quebra-Anzol. A considerar os rumos da nascente do córrego desenhado no croqui do Quilombo dos Santos Fortes, ficaria este na margem direita deste córrego que Pamplona chamou de Santa Iria.

190 Ao norte da picada.

191 Nome dado por Pamplona a esse quilombo situado dentro do Sítio da Segunda Capital Ambrosiana.

um negro que o dito José Cardoso amarrou, vindo-se retirando da Samambaia para este que antigamente se chamava do Corisco, outro que aqui houve, de que ainda se vê vestígios por cair um raio arredado dele meia légua, lugar por onde passamos e se vê ainda os regos que (o raio) abriu na terra”¹⁹². Isso nos permite concluir que aqui também não houve batalha durante a Expedição de 1769 e que Pamplona também não participou de nada.

O Diário registrou ainda notícias do Quilombo dos Santos Fortes, novo nome dado por Pamplona ao Corisco¹⁹³, que se confunde com o Catiguá de que fala a famigerada carta que a Câmara de Tamanduá teria escrito à Rainha Maria Primeira em 1793. Consignou que em 31 do mês de outubro, chegaram ao Quilombo dos Santos Fortes (fez um croqui). Informou que acamparam ao “*pé de um ribeirão chamado Salitre*¹⁹⁴, onde esteve já muito anos e há pouco se tornou a retificar um quilombo chamado o Catiguá¹⁹⁵, de mais de cento e cinquenta jiraus¹⁹⁶, sendo certo que foi quilombo de muita força e de muito poder, o que claramente se evidencia, porque havendo nestas paragens muitos matos, os mais próximos ao lugar do mesmo quilombo estão todos destruídos e safados das muitas e repetidas plantas que os negros ali fizeram, e agora de próximo se retiraram timoratos das nossas bandeiras; aqui colhemos algum milho que era o resto que eles tinham deixado e nos serviu para dar a algum cavalo mais frouxo”¹⁹⁷.

Como se vê, Pamplona não destruiu e sequer se defrontou com qualquer quilombo quando, em 1769, com sua suposta

192 Revista ANB, 1988, p. 102.

193 Em carta a Valadares de 17.11.1769 - Códice 18.2.6 da FBN.

194 Tem várias nascentes ao sul de Salitre de Minas, passando a ter o nome de Salitre a partir do local chamado SAPÉ. Nesse local, recebe em sua margem esquerda, o ribeirão do Bebedouro vindo do norte e, emendado na mesma foz, o córrego das Lavrinhas vindo de leste, cujas nascentes se esparramam entre as atuais serra do Salitre e Catiara – mapa de Ibiá, SE-23-Y-C-III, 1:100000, 1970, IBGE.

195 Campos do Catiguá, ficaria em Patrocínio – *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, M.G. 1971, p. 349. É provável que hoje seja Catiara, Distrito de Serra do Salitre.

196 Jiraus, no caso, são as armações de madeira que sustentam as paredes e cobertura das casas.

197 Revista ABN, 1988, pp. 73 e 75.

expedição, invadiu o Triângulo Goiano. Aliás, depois de Bartolomeu Bueno, em 1759, os moradores de Paracatu, em 1766, se quotizaram, dando 400 oitavas de ouro a Manuel Alves de Sousa Moreira que avançou para os lados do rio Paranaíba e rio das Velhas, onde destruiu um quilombo com 76 ranchos, prendeu apenas 8 negros, fugindo os demais; destruiu e incendiou tudo, inclusive seu paiol cheio de mantimentos e suas grandes roças¹⁹⁸. Depois de Pamplona, entre 1771 e 1772, foi que Inácio de Oliveira Campos teria atacado esses quilombos e se estabelecido nessa região¹⁹⁹.

As referências a quilombos no relatório de 1769, na intenção de Valadares, visaram a criar fatos novos, simulando nova conquista para fortalecer os argumentos da continuada tentativa de esbulho possessório a essa região. Na intenção de Pamplona, sua megalomania o fez sonhar com a superação dos feitos de Bartolomeu Bueno do Prado, em quem sempre quis se transfigurar. Aliás, quis ser mais: segundo ele, Bueno teria liquidado apenas três quilombos, ao passo que ele, Pamplona, destruiu sete quilombos, como registraria em 1784 no seu mapa pessoal de conquistas.

Plantar mantimentos para, depois, alegar posse – ordem de Valadares

A plantação de roças e árvores frutíferas sempre foi um fato a firmar juridicamente a evidência de uma posse, como aliás, cinicamente, Pamplona tentou ensinar nos registros que mandou contrapor ao esbulho que praticou contra um sesmeiro, a quem chamou de Alexandre Pereira Brandão²⁰⁰, vizinho seu no próprio Bambuí. Por isto foi que, a mando de Valadares, deixou registrado em seus relatórios as várias plantações que teria feito e

198 *Negros e Quilombos em Minas Gerais*, pp. 67-68, citando APM SC 188, f. 13, SC 60, fl. 112 e SC 159, fls. 83v-85.

199 APM SC 188, fl. 64/v, de 25.09.1772.

200 *Revista ABN*, 1988, pp. 73-74.

mandado fazer, a maioria delas nas imediações dos quilombos que encontrou destruídos.

Registrou que chegando ao local do “seu” Quilombo do Ambrósio, iniciou, em 17 de outubro de 1769, as plantações, na verdade necessárias para marcar sua presença e, assim, poder criar mais um argumento para se apossar daquele território pertencente à Capitania de Goiás²⁰¹. Mandou o Soldado Dragão José Francisco Serra sair com metade da tropa para fazer exames minerais nos corgos da região, ficando ele mesmo com a outra metade da tropa a preparar a terra daquele quilombo para fazer plantações, afazer com o qual ficou envolvido até o dia 23 de outubro de 1769, quando os seus faiscadores voltaram.

Terminada a plantação no “seu” Quilombo do Ambrósio, Pamplona foi com toda sua comitiva ao vizinho Quilombo da Samambaia, que teria sido atacado no mês anterior pela tropa de Cardoso da Silva. Ali plantaram mais uma roça de seis alqueires de milho, feijão e algodão²⁰². Mesmo depois, em 31 de outubro, agora no quilombo que nominou como dos Santos Fortes, Pamplona determinou que metade da tropa fosse plantar milho, feijão, abóboras, mamona, mandioca, favas e algodão²⁰³.

Evidente, pois, que o objetivo dessas notícias em relatório-manifesto ao Governador das Minas Gerais foi criar premissa fática para subsumir ao direito objetivo de posse político-administrativa de então. Tanto que uma das ordens que daria a todos os sesmeiros-laranjas de sua entrada foi a de que não só zelassem pelas roças plantadas no Triângulo Goiano, mas que plantassem outras roças cuja composição de gêneros impôs a todos os sesmeiros de sua Regência mineira.

201 Não menciona ONDE teria feito essa roça, se dentro dos escombros cercados pela vala, ou se fora, onde havia os multiplicados fojos crivados de estrepes, ou seja, centenas de buracos enormes cheios de estrepes.

202 *Revista ABN*, 1988, pp. 68-70.

203 *Revista ABN*, 1988, p. 73.

Descobrir minerais, para alegar posse – ordem de Valadares

A pesquisa mineral tinha, por sua vez, em seu manifesto, um argumento jurídico fundamental para marcar a posse e dar o domínio da região à comarca que primeiro recebesse e atendesse os pressupostos para tal. Tanto que essa foi o principal objetivo das instruções de Valadares, objetivo este, exacerbado por Pamplona nas ordens que deu à José da Serra Caldeira e José Cardoso da Silva, comandantes das bandeiras que mandou previamente ao Triângulo Goiano.

Em caso semelhante de descoberta mineral, mas não igual, o argumento utilizado pelo Ouvidor Tomaz Rubim de Barros Barreto do Rego, a mando (de fato) de Gomes Freire, falando pela Comarca do Rio das Mortes, para dar parecer favorável ao esbulho que esta perpetrou sobre o Arraial do Tamanduá, contra Pitangui e Sabará, em 4 de janeiro de 1749, foi o de que “(...) *as comarcas nestes estados se conservam indivisas por aquelas partes que confinam com matos incultos; e por isto, derivado de boa razão que o costume introduziu havendo descoberto, este fica pertencendo àquela jurisdição que primeiro nele exerceram atos possessórios, e à que primeiro foi delatado o descoberto pelo descobridor. E posto que algumas vezes tem acontecido (segundo me informam) mandar V. Majestade que o descoberto fique pertencendo à jurisdição mais próxima atendendo a que os moradores do mesmo sejam prontamente socorridos das justiças, contudo no presente caso não só a Vila de São José é a jurisdição mais próxima ao dito descoberto de Tamanduá²⁰⁴, mas foi quem primeiro tomou posse jurídica e sem contradição, e nela se conserva administrando justiça aos moradores daquele continente o que tudo se mostrará melhor dos documentos que os oficiais da câmara mandam a V. Majestade à vista dos quais, e do justo motivo com que os preditos oficiais tomaram a dita posse me parece se lhes deve levar em conta a despesa que fizeram na dita diligência*”²⁰⁵.

204 Evidente que São José (Tiradentes) nunca ficou mais próximo do Tamanduá (Itapecerica) do que Pitangui.

205 *Revista do APM*, pp. 189-190.

Por isto foi que Pamplona mandou registrar no seu relatório ao Governador Conde de Valadares as suas pesquisas minerais feitas, aliás, somente dentro do então Triângulo Goiano.

Registrou que chegando no “seu” Quilombo do Ambrósio, em 17 de outubro, mandou que o Soldado Dragão José Francisco Serra e metade da tropa fizessem exames minerais nos corgos da região, tendo essa tropa se dedicado a tais pesquisas até 23 de outubro de 1769.

Assim como ocorrera no Samambaia, no rio Onze Mil Virgens e ao pé da serra Escalvada, após a partida de parte da tropa, em 27 de outubro de 1769, Pamplona e o restante dos homens continuaram a fazer exames minerais no local até o dia sucessivo, porém, sem registro de qualquer êxito²⁰⁶.

Em 2 de novembro, Pamplona esparramou a tropa para fazer mais exames minerais na região. À noite, veio-lhe a notícia de haverem achado²⁰⁷ a pouco mais de uma légua dali, uma paragem misteriosa, com uma laje muito grande, ou terreno matizado com algumas pedras e lajinhas pelo meio, cercado de frondosas árvores, com grande número de pássaros²⁰⁸. Estabeleceu que, no dia seguinte, seria aberto caminho para facilitar o acesso àquele local. Em 3 de novembro, Pamplona foi fazer exames (buracos) no terreno de lajes, ficando o arraial que estava montando pouco sortido de gente, já que, ao meio dia, foram-lhe levar o almoço²⁰⁹.

Em 5 de novembro de 1769, registra-se que, em comissão de 20 cavaleiros, foram até o terreno do Salitre. Além do já registrado, fez constar que o local tinha cheiro de pólvora, era úmido e dele escorriam umas águas. Pamplona furou vários buracos simulando procurar ouro. Mandou encher barris e fez experiências com as águas, dando-as aos cavalos e escravos; mandou registrar os comentários de seus comandados, dizendo

206 *Revista ABN*, 1988, pp. 71-72.

207 Em sua correspondência a Valadares, Pamplona disse que soube do salitre por um roteiro que lhe dera um tal Sr. Brandão.

208 Este local faz parte do semi-círculo vulcânico em que se situam os atuais São Benedito e Salitre de Minas, antigos distritos de Patrocínio. Outro círculo vulcânico, este perfeito, pode ser visto a quarta de noroeste deste semi-círculo, oeste de Patrocínio através do *Google Earth*.

209 *Revista ABN*, 1988, pp. 75-76.

que por efeito do salitre, escravos se haviam curado de feridas etc. A água tinha mesmo cheiro de pólvora, repete o escriba de Pamplona²¹⁰.

Para que não fique dúvida de que a iniciativa de que tratamos anteriormente não foi de Pamplona, recordemo-nos da instrução que lhe foi dada pelo Conde de Valadares em 17 de maio de 1769:

“Sobre a mesma matéria, ter particular cuidado em fazer miúdos exames em todos os rios, ribeirões e campos por onde for passando, a fim de ver se nele há formalidade ou mostras de ouro e, no caso de descobrir, fará extrair tão somente a quantidade que baste para mostrar de suas grandezas, e de tudo me dará uma fiel e específica conta”²¹¹.

A todas as pessoas de sua conduta proibirá o entreterem-se no trabalho de apurar os haveres para sua própria conveniência nos rios, corgos, ribeirões e, neste ponto, deve aplicar todo o seu cuidado”²¹².

O mais provável, no entanto, é que Pamplona não tenha feito pesquisa quase nenhuma em sua expedição, onde apenas deve ter transcrito as pesquisas que já tinham sido feitas pelas bandeiras de José da Serra e José Cardoso, isto, porque, como o próprio Pamplona confessa em carta a Valadares *“nestes e noutros muitos lugares fiz miúdos exames em alguns corgos, porém algum tanto na piçarra, como na terra vermelha mostravam uma faisquinha e até duas, e em outras nada, e juntamente por fim não fiz a devida diligência porque um meu escravo que era o que unicamente sabia lavar adoeceu, somente com o propósito de para a fatura (sic) ser ratificada”²¹³.* Conhecendo-se a personalidade de Pamplona, para ter escrito isto a Valadares é provável que tenha feito pouquíssimas pesquisas de procura de ouro.

210 Revista ABN, 1988, pp. 79 e 78.

211 *Mutatis Mutandis*, conforme parecer de Tomaz Rubim de Barros Barreto sobre a posse de Tamanduá em 1744-1749, in *Revista do APM*, pp. 189-190.

212 Fls. fls. 53-a/ 53-b do PJICP.

213 Carta de 15.11.1789 a Valadares – in Códice 18.2.6 da FBN.

Pamplona não dá notícia de ter descoberto ouro, mesmo porque teria pouco efeito legal, pois o primeiro manifesto de descoberta de ouro nessa região fora dado em 1752, por Pedro Franco Quaresma, ao Governo da Capitania de Goiás. No entanto, mais tarde, entre 1770 e 1771, o Conde de Valadares mandou Inácio de Oliveira Campos de Pitangui, cujo sogro era seu parente, explorar ouro em pontos determinados de toda essa região²¹⁴.

Uma evidência cabal da perseguição de Pamplona ao Tenente José da Serra Caldeira²¹⁵ está no fato de tê-lo desmoralizado pelo simples fato de não ter feito pesquisas minerais nas vertentes do Indaiá²¹⁶, pesquisas que, no entanto, o próprio Pamplona sequer mencionou em seu relatório composto de Diário e Roteiro.

Pamplona simula a criação de um arraial no Triângulo Goiano

Pamplona mandou registrar no relatório a Valadares as suas evidências de posse, deixando implícitas provas da invasão à Capitania de Goiás.

Registrou-se que, em 29 e 30 de outubro de 1769, retrocedendo “*pelo mesmo caminho e tendo andado pouco mais de três léguas subimos a serra de São Rafael (morro Escarvado)*”²¹⁷, cujo nome tinha dado o Senhor Mestre-de-Campo, a qual nos conduziu e encaminhou um espigão de campo por onde conhecemos a Picada Velha de Goias procurando o rumo [o]és noroeste”. O Roteiro descreveu que “No dia 30 fomos seguindo o rumo da dita Picada Velha”²¹⁸ que em parte nos

214 Vide, por exemplo, APM SC 177, fl. 93v de 16.10.170, SC 188, fls. 13v a 14v de 14.03.1772 e SC 188, fl. 64v de 25.09.1772.

215 De quem roubou mais da metade das terras e a quem queria desmoralizar por ser ligado a Pitangui e a Jacuí de então.

216 Onde segundo Pamplona as águas de tanto ouro que tinham eram até turvas.

217 Margem direita do rio São João que, para Pamplona, é Onze Mil Virgens.

218 O mapa do roteiro mostra rumo Oés-Sul, depois derivando a Norte.

aparecia e tendo andado légua e meia, topamos um corgo em (...) que o dito Senhor deu o nome de Santa Iria²¹⁹; é este abundante de águas e de pedras, o qual passamos e seguindo o mesmo rumo chegamos defronte do Quilombo de Santos Fortes²²⁰.

O Arraial do Rio das Velhas, o futuro Desemboque II, já existia e continuava a ser pacificamente Goiano. Assim, para não despertar suspeitas da invasão, Pamplona recebeu ordens para simular a criação de um “novo” arraial acerca de 19 léguas ao norte do Arraial do Rio das Velhas, mais para dentro ainda do então Triângulo Goiano.

Pamplona também mandou escrever nos relatórios que, depois que plantaram uma roça no Quilombo da Samambaia, seguiram rumo noroeste e chegaram ao córrego a que ele deu o nome de corgo do Sacramento²²¹. Entre este córrego, o de Bom Jesus e a serra de São Pedro de Alcântara²²², manda registrar que assinalou ali uma fazenda para patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, território em que se propôs a edificar e erigir um novo arraial.

O registro continua narrando que Pamplona e sua comitiva passaram o corgo do Sacramento e subiram a serra das Mangabas²²³ e, seguindo pelo chapadão da mesma, toparam com vestígios de uma estrada que julgaram ser de Goiasés²²⁴. Seguiram-na até descerem a serra das Goiabeiras e passarem um rio a que o Mestre-de-Campo dera o nome Das Onze Mil

219 Poderia ser o ribeirão do Cuba, que deságua no Quebra-Anzol.

220 *Revista ABN*, 1988, pp. 101-102.

221 O mapa do roteiro apresenta 2 ribeirões do sacramento. Um, o do norte, seria o próprio córrego da Samambaia ou o ribeirão do Paraíso, afluente esquerdo do rio São João, em cujas nascentes se chama córrego da serra, norte do atual Alto do Quilombo; outro, o do sul, seria o próprio Quebra-Anzol em seus afluentes esquerdos, ou, o corgo Parapetinga.

222 Esta serra teria recebido esse nome de Pedro Franco Quaresma, em 1752.

223 Pela tese adotada, esta serra seria a atual serra do Paraíso – Mapa de São Gotardo SE-23-Y-D-I, 1:100000, ano de 1970.

224 Continuidade da interrompida picada de Urbano do Couto, feita em 1733 e/ou 36, porém de Goiás para São Paulo.

Virgens²²⁵, até que, finalmente, se aquartelaram ao pé de um corgo, indicado no mapa-roteiro com a letra H. Dormiram ao pé (às margens) desse rio, onde levantaram ranchos que se destinaram à construção do Arraial da Senhora da Conceição²²⁶, donde haviam saído, constituindo fazenda que o Mestre-de-Campo reservara para si, destinando-a à Senhora da Conceição para patrimônio da sua capela²²⁷. Misturadas à criação do arraial, Pamplona mandou registrar no relatório a Valadares mais pesquisas minerais nessa região²²⁸, tecendo uma rede de premissas fáticas²²⁹, todas subsumíveis ao direito objetivo de então sobre posses administrativas intercomarcas.

Mandou escrever que em 1º de novembro de 1769 “*se armou um arraial de casas de capim mui bem airoso, porque a paragem é de si mesma mui vistosa e agradável*”, bem como que, em 04 de novembro, “*seguimos rumo do noro(és), ao depois de termos andado 3 léguas no meio de um campo, tomou posse o Senhor Mestre-de-Campo de tudo quanto tinha avançado até a serra, como melhor se declara no Diário. A este rio de Santa Maria de Cortona vem um corgo da parte norte chamado o Salitre, aonde nasce uma água salgada cujo mapa apresenta (...)*”²³⁰; (grifos nossos).

Pamplona se determinou a examinar as terras do arraial e também a fazer ato de posse (em seus limites). Antes almoçaram. Saíram. Há duas léguas de jornada tiveram que se desviar de um

225 Cunha Matos informa que: “O rio Paranaíba (...) recebe (1) pela sua margem esquerda o ribeirão das Onze Mil Virgens, o qual tem 2 braços: um que sai da serra Negra e corre E-O; e outro que nasce na serra do Salitre e corre O-E”. E ainda: “Note-se que, em alguns mapas, dão ao rio da Misericórdia o nome das Onze Mil Virgens, sendo, aliás, coisas mui diversas o ribeirão e o rio da Misericórdia, como adiante se verá”. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais-1837*, Itatiaia-Edusp, 1981, v. I, p.267.

226 Que em carta de 15.11.1769 chamou de Arraial de Santa Maria de Cortona – in Códice 18.2.6 da FBN.

227 Como se vê, no caso de Pamplona, o Onze Mil Virgens é o atual São João. Como afluentes esquerdos do rio Paranaíba, entre os córregos do Barreiro-Vargem Grande e dos Potreiros, há, perto da foz, o topônimo fazenda Onze Mil Virgens e, junto às nascentes, ao sul, os topônimos Capelinha de São João e Capela de São João. Mapa de São Gotardo, SE-23-Y-D-I, escala 1:100000, 1970.

228 Feitas, na verdade, pela antecedente expedição do Tenente José da Serra Caldeira, como se constata das cartas que durante o expedição Pamplona foi escrevendo a Valadares – Códice 18.2.6 da FBN.

229 *Revista ABN*, 1988, pp. 70-71 e 101.

230 *Revista ABN*, 1988, pp. 75 e 102.

fogo no campo. Andaram até depois do meio dia e chegaram ao pé de uma serra, lugar delicioso e aprazível, onde o Mestre-de-Campo formou conselho, disse que era tudo para a fundação do arraial. Porém, para o ato de posse, parecia-lhe melhor que se deslocassem todos até o alto da vizinha serra²³¹, para ali apreenderem tudo quanto a vista alcançasse. Chegando ao alto da serra, apearam ao som de caixas, fizeram 4 cruces de sucupira ao pé das quais armaram um altar em que foram colocadas as imagens de Nosso Senhor e de Nossa Senhora. O Capelão rezou uma Ave Maria e uma Salve Rainha pedindo o bom sucesso. Feito isso, Pamplona, em nome do Governador Conde de Valadares, tomou posse solene e passou a atender os requerimentos de vários candidatos a sesmeiros, os quais não especificou nem individuou²³².

Em carta a Valadares, Pamplona apresentou-lhe uma lista datada de 04 de setembro²³³, portanto bem antes de sair para o Triângulo, com os nomes de 54 sesmeiros e das respectivas sesmarias, afora aquelas destinadas a patrimônio do novo arraial e outras entidades ligadas aos vigários. Como teriam escolhido suas sesmarias sem nunca terem ido ao então Triângulo Goiano?

Aliás, ao consignar vagamente as posses em seu Relatório depois de ter simulado a criação de um novo arraial, Pamplona estava, mais uma vez, cumprindo as ordens já expressas por este Governador nas instruções de maio de 1769:

“Em todos aqueles sítios que ele entender são próprios para construção de novo arraial e houverem pessoas concorrentes para o seu estabelecimento, dará todas as providências que entender necessárias a este respeito, destinando uma pessoa da sua maior satisfação para comandar interinamente o povo que se agregar, e de tudo com miudeza me dará conta. E como na boa harmonia com que se devem tratar as pessoas que o seguem nesta diligência deve aplicar particular acuidade, porque sem ela tudo será desordem”.

231 Provavelmente entre o atual povoado de Pirapetinga e o núcleo central do município de Patrocínio-MG.

232 Revista ABN, 1988, pp. 77-78.

233 In Códice 18.2.6 da FBN.

Pamplona, como se vê, cumpriu as ordens de Valadares seguindo os rituais da lei. Porém, seria tudo sem efeito, pois a Capitania de Minas Gerais não poderia criar um arraial subordinado à sua Comarca do Rio das Mortes dentro da Capitania de Goiás.

Mesmo porque, o próprio Conde de Valadares deixara consignado em suas instruções a dissimulada ordem de que Pamplona deveria avançar, mas “*sem transcender as extremas desta Capitania com a de São Paulo e Goiás*”. Tanto foi assim que Pamplona não individuou de verdade, muito menos em seu Relatório, a repartição dessas terras goianas a qualquer dos 85 sesmeiros-laranjas que listou em seu relatório a Valadares, como “*peçoas que pediram Sesmarias pertencentes ao Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Campo Grande até o dia 19 de novembro de 1769*”,²³⁴.

Para simular um pseudo exercício da jurisdição de sua regência em território goiano, Pamplona mandou registrar no relatório a Valadares algumas de suas providências político-administrativas, trazendo para dentro do “seu” novo Arraial de Nossa Senhora da Conceição questões da região do Bambuí, pertencente à Capitania de Minas Gerais.

Registrou-se que em 31 de outubro de 1769, chegaram no Quilombo dos Santos Fortes três sujeitos: a) José Teixeira Aranha, por causa de uma contenda que tinha com José Pinto; b) José Gonçalves, que veio pedir terras; c) Alexandre Pereira Brandão, por causa de uma contenda com o Mestre-de-Campo, que estava lhe tomando a posse da fazenda das Perdizes²³⁵.

A partir de 1º de novembro de 1769, a narrativa ficou truncada, talvez em razão da dificuldade de desenvolver uma redação que escondesse a injustiça que Pamplona fizera à mulher do Sesmeiro Alexandre e, ao mesmo tempo, o mostrasse como um paladino justiceiro, no que, realmente, como a posteridade pode aferir até hoje, em sua redação e em sua vida, falhou.

234 *Revista ABN*, 1988, p. 93.

235 *Revista ABN*, 1988, pp. 73-75. Obs.: Essa “Perdizes”, no entanto, refere-se a Iguatama e não ao futuro município de Perdizes, hoje próximo dali, no Triângulo Mineiro.

O Roteiro registrou apenas que “*Em primeiro de novembro*²³⁶ *saímos daquele pouso a procurar o espigão que tínhamos deixado e no alto dele, olhando para o sul vimos a um e outro lado dilatadas campinas aonde se pode formar grandiosas fazendas; e seguindo rumo oés noroeste descemos a serra por um espigão que divide águas a um e outro lado, topamos uma mata com muito grandes capoeiras, largamos essa parte à direita e chegamos ao rio, a que o Senhor Mestre-de-Campo lhe deu o nome de Santa Maria Cortona*²³⁷ *e andemos naquele dia 4 léguas*” ; (grifos nossos).

O Diário confirmou a fundação do Arraial de Nossa Senhora da Conceição, consignado que em 1º de novembro de 1769 “*se armou um arraial de casas de capim mui bem airoso, porque a paragem é de si mesma mui vistosa e agradável*”²³⁸. Depois, entre 02 e 04 de novembro, confirmam-se os atos de posse para a Comarca do Rio das Mortes e as pesquisas minerais²³⁹.

Pamplona mandou registrar que viera até ali porque tinha um mandato do Governador de Minas Gerais “*para repartir aquelas terras a quem lhas pedir*” e que, portanto, “*quem tivesse que requerer o fizesse que o dito Senhor estava pronto a lhe deferir com retidão*”. Consignou que “*requereram primeiramente os que tinham suas sesmarias prontas*²⁴⁰ *e nomearam os lugares onde as queriam*”, seguindo-se dos que tinham petições despachadas, requerimentos verbais e dos representados por procuradores²⁴¹.

Mandou registrar também que satisfizera a todos e os dera por empossados “*naquele ato, das paragens que tinha requerido*”, recomendando que cuidassem de povoar o que tinham pedido,

236 Dia de Todos os Santos – Conotação com o nome “*Santos Fortes*” dado ao Quilombo do Corisco.

237 Poderia ser o córrego da Bocaina ou ribeirão da Besta, nascentes direitas do próprio ribeirão Grande. *Revista ABN*, 1988, pp. 75-76 e 102

238 *Revista ABN*, 1988, pp. 102 e 75.

239 *Revista ABN*, 1988, pp. 75-76 e 102.

240 Estes, sem dúvida, seriam alguns dos sesmeiros-laranjas que receberam cartas com indicação “em aberto” em 1º de dezembro de 1767, cujos nomes foram relacionados como candidatos a sesmeiros nas proximidades do falso arraial de Pamplona.

241 Onde se incluíam entre outros ausentes os parentes de Pamplona e dos padres seus amigos.

pois o Conde de Valadares “*não queria as terras devolutas e que, assim não fizessem, não se queixassem quando as desse a outro que pedi-las intentasse*”²⁴².

Como se viu, Pamplona não individuou no Relatório a Valadares qualquer sesmeiro e nem juntou-lhe qualquer Carta de Sesmaria ou relação de paragens onde as teria concedido, ali dentro da invadida Capitania de Goiás.

Consigne- que, em 1770 os titulares das cartas e das posses ilusórias, reclamariam que foram ludibriados pelo Pamplona²⁴³.

Terminada a cerimônia, voltaram pelo mesmo Quilombo do Catiguá ao Arraial de que tinham saído, aonde chegaram bem tarde. Depois, chegaram os que tinham ido abrir caminho para o Salitre. Após a ceia, Pamplona fez cerimônia doando a fazenda de São Pedro de Alcantra²⁴⁴ para Nossa Senhora da Conceição e patrimônio de sua capela²⁴⁵. O rumo do Arraial do Rio das Velhas, ao sul do local escolhido por Pamplona, denunciava a invasão, anulava e inquinava de esbulho tal iniciativa de Valadares.

Lembremo-nos de que em 1752, Pedro Franco Quaresma dera a manifesto a descoberta de algum ouro no rio que chamou de São Pedro de Alcântara²⁴⁶. Pamplona, agora, em 1769, rebatizou esse mesmo rio com o nome de Misericórdia. Porém, não foi por acaso que registrou ter dado à serra próxima o nome de São Pedro de Alcântara, assinalando ali uma fazenda com o mesmo nome para patrimônio de Nossa Senhora da Conceição.

Em janeiro de 1768, falecera Bartolomeu Bueno do Prado, Sargento-Mor Ajudante e protetor de São Pedro de Alcântara do Jacuí e de todos os seus sertões²⁴⁷, entre os rios Sapucaí e Pardo,

242 *Revista ABN*, 1988, p. 78.

243 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 22.9.1770 - Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Cód. 18,2,3 doc. 8, citado por Márcia Amantino em seu “*Mundo das Feras*”.

244 Encontramos nos documentos as grafias Alcântara e Alcantra, para se referir ao nome do mesmo santo.

245 *Revista ABN*, 1988, p. 78. Essa doação já fora adiantada em lista de que Pamplona apresentara a Valadares datada de 04.09.1769, bem antes, pois da partida de sua Expedição para o Triângulo Goiano. In Códice 18.2.6 da FBN.

246 *AHU-ACL-N- Goiás*, documento nº 2586, p. 8.

247 In *Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, p. 313.

margem esquerda do rio Grande. O orago da Capela do Arraial do Jacuí era também Nossa Senhora da Conceição. Coincidência?

O mesmo Pedro Franco Quaresma descobrira e dera a manifesto, em outubro de 1755, o ouro do outro rio a que também nominara de São Pedro, além do São João, Santana e seus afluentes, agora nos Sertões do Jacuí, indo do verdadeiro Desemboque, margem esquerda do rio Grande, até suas nascentes no Sul de Minas²⁴⁸. Em 1769, portanto 14 anos após a descoberta do ouro naquela região, Pedro Franco Quaresma ainda residia em São Pedro de Alcântara e Almas de Nossa Senhora da Conceição do Jacuí, hoje Jacuí-MG. Foi exatamente aqui que Pamplona deu início à confusão proposital de toponímias. Portanto, ao contrário das falsidades intrujadas na famigerada carta que a Câmara de Tamanduá teria escrito à Rainha em 1793, entre outros documentos pró-abocanhamento do então Triângulo Goiano, essa duplicação (de toponímias) não foi obra da Capitania de Goiás. O que se sabe é que, entre 1808 e 1814, pouco antes do abocanhamento político do Triângulo, o Arraial de São Pedro de Alcântara do Jacuí passou a se chamar São Carlos do Jacuí e a futura Ibiá passou a ser referida com o nome de São Pedro de Alcântara. Por isso é que os historiadores que escreveram sobre a história de Ibiá-MG sempre dizem que “não se sabe” quando o arraial passara a se chamar “São Pedro de Alcântara”²⁴⁹. Em 11 de novembro de 1817, quando o Triângulo já era Mineiro, o viajante Johann Emanuel Pohl passou por lá e já se referiu a Arraial de São Pedro de Alcântara.

E os índios? Relatório-1769 não registra encontro com índios

As instruções de Valadares recomendaram que se falasse também sobre os índios: *“Como o país que vai penetrando é infestado de gentios, quando se tenha com estes algum encontro*

248 In *Documentos Interessantes – Arquivo do Estado de São Paulo*, 1896, pp. 63-64.

249 A capela recebeu esse nome do Bispado de Goiás, via Freguesia de Araxá.

porá todo o seu particular cuidado em acariciá-los e reduzi-los ao seu amigável trato(...)”.

Com vimos, dois dias antes de sair para o Triângulo Goiano, Pamplona noticiou boatos, que disse terem sido esparramados por soldados da esquadra do Tenente José da Serra Caldeira, sobre a violência e presença de índios dentro do Triângulo Goiano, que deixaram seus “novos entrantes” morrendo de medo, mas que ele Pamplona lhes fizera um discurso – que transcreveu na correspondência - que os teria enchido de coragem e disposição para continuarem no empreendimento²⁵⁰. A evidência é que Pamplona inventou tudo isto.

Assim, Pamplona cumpriu à risca as instruções na redação do relatório solicitado pelo Governador. Sobre os índios, porém, não teve jeito, mencionou apenas que, na noite em que teria se perdido da tropa, houve o temor de que “*se lhe teria sucedido algum perigo de alguns negros, gentios, ou de alguma fera (...)*”²⁵¹, mais nada. No entanto, aí sempre exageraram nossos historiadores que transformaram Pamplona também no grande caçador de índios, atribuindo-lhe até mesmo a destruição dos Araxás. Como se vê, é muita mentira sobre um personagem só. Mentiras que nem Pamplona ousou contar lhe foram atribuídas. Hildebrando Pontes foi um dos primeiros a repercutir e a aumentar essas mentiras.

Pamplona volta para casa, passando por suas fazendas

Pamplona e sua tropa iniciaram o retorno em 6 de novembro de 1769. Mandou escrever mais umas mistificações sobre os quilombolas do lugar. Registrou-se que um pardo e dois pretos que vinham do Quilombo dos Santos Fortes os informaram de que viram rastros de 3 negros. Registrou ainda que, de fato, viram muitos fogos à esquerda os quais só poderiam ser de calhambolas. Foram dormir ao pé do ribeirão Santa Eriá ou Iria, nome dado por Pamplona. Andaram cerca de 7 léguas. No dia 7 de novembro de

250 Carta de 10.10.1769, de Pamplona a Valadares - In Códice 18.2.6 da FBN.

251 *Revista ABN*, 1988. p. 69.

1769, foram arrancar no ribeirão de São Rafael, para procurar umas bestas desviadas e fazer mais pesquisas de ouro. Nenhum sucesso.

Em 8 de novembro de 1769, entraram a marchar, passando a poucos passos o ribeirão das Onze Mil Virgens, procurando a direção do Quilombo do Ambrósio, aonde chegaram ainda cedo, encontrando o milho plantado, nascido e bem bonito. Em 9 de novembro do mesmo ano, saíram do Quilombo do Ambrósio, (na verdade o escriba inverteu), atravessaram os córregos da Misericórdia e de Santa Teresa e arrancharam-se num corgo a meia légua distante daquele, com 4 ou 5 léguas de jornada total. Foram caçar de novo²⁵². No dia seguinte, 10 de novembro de 1769, marcharam 6 ou 7 léguas e foram arrancar-se ao pé da serra da Marcela, onde toparam 2 corgos, um distante ¼ de légua.

Em 11 de novembro de 1769, Pamplona despediu os sesmeiros-laranjas e os outros acompanhantes, recomendando-lhes que “*quando fosse ocasião não se esquecessem de ir povoar as suas fazendas, porquanto era melhor possuí-las de graça do que em outra parte, como era ordinário costume por muitos mil cruzados, que toda a sua vida trabalhavam para pagar (...)*”²⁵³. (Grifo nosso). Depois, agradeceu a todos e buscou o rumo de Santo Estevão. O próprio guia se perdeu, mas Pamplona não; passou na frente, encontrou o caminho e, à noite, chegaram na fazenda Santo Estevão²⁵⁴.

Lembre-mos de que em 1770 os titulares das cartas imprecisas e das posses ilusórias, reclamariam que foram ludibriados pelo Pamplona²⁵⁵.

Depois, Pamplona continuou a viagem, seguiu todo o roteiro ao inverso, até chegar, após 27 de novembro de 1769²⁵⁶, na sua fazenda do Capote, ou Cataguases.

252 Revista ABN, 1988, p. 79.

253 Pamplona não juntou ao relatório qualquer carta de sesmaria que tenha concedido aos sesmeiros-laranjas dentro do Triângulo Goiano, mesmo porque, seriam nulas de pleno direito.

254 Revista ABN, 1988, p. 80.

255 Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 22.9.1770 - Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Cód. 18,2,3 doc. 8, citado por Márcia Amantino em seu “Mundo das Feras”.

256 Revista ABN, 1988, pp. 81 a 90.

O que restou no Triângulo da Expedição de 1769? Só falsas notícias para enganar historiador incauto

Curioso é que dos nomes que Pamplona disse ter dado a acidentes geográficos muito pouco restou. Aliás, da própria ponte que disse ter mandado construir, com tantas peripécias como narrou em seu Diário, nenhuma notícia posterior encontrei noutros documentos.

Apesar da tentativa de resgatar alguma dignidade deste personagem da Inconfidência Mineira, nem Almeida Barbosa conseguiu esconder sua fanfarronice e ambição desmedidas²⁵⁷, por isso, o Diário e o Roteiro da viagem de Pamplona, ambos escritos por seu escriba²⁵⁸, como sempre ponderamos, devem ser vistos com muito cuidado e restrição. Aliás, nem Pamplona acreditou no que escreveu no seu relatório a Valadares. Tanto que não o juntou no seu Processo de Justificação”.

Caso queira saber quais foram os demais LADRÕES DA HISTÓRIA do Confederação Quilombola do Campo Grande, sugerimos a leitura, estudo e aferição do que se contém no livro “Quilombo do Campo Grande – Ladrões da História”, distribuído pelo site do MGQUILOMBO.

27.11.2011.

-0-

257 Ver *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração*, de Waldemar de Almeida Barbosa, pp.117 a 137. Centro de Estudos Mineiros. BH, 1971.

258 Escriba que também poderia ser o próprio Pamplona.